
MOVIMENTO MUNDIAL PELAS FLORESTAS TROPICAIS
MOVIMIENTO MUNDIAL POR LOS BOSQUES TROPICALES

Secretaria Internacional

Maldonado 1858, Montevideo, Uruguay

Correio eletrônico: wrm@wrm.org.uy

Página web: <http://www.wrm.org.uy>

Editor: Ricardo Carrere

=====

BOLETIM 105 do WRM

Abril 2006 - Edição em português

Este boletim também está disponível em francês, espanhol e inglês

=====

Neste número:

* NOSSA OPINIÃO

- Uma proposta modesta para o Dia da Terra

* LUTAS LOCAIS E NOTÍCIAS

AMÉRICA DO SUL

- Bolívia: índios Toromonas em isolamento voluntário em grave perigo de desaparecimento
- Brasil: empresas de celulose deverão retirar plantações de eucalipto em zonas de amortecimento de parques nacionais na Bahia
- Colômbia: foi aprovada às pressas a Lei (madeireira) Florestal
- Guiana: certificado controversial da Barama provoca mais manchas na reputação do FSC

ÁFRICA

- A viagem de campo na África do Sul do Grupo de Trabalho de Políticas sobre Plantações do FSC
- Etiópia: organização de conservação holandesa envolvida no despejo de milhares de membros de tribos
- Nigéria: plantações de árvores às custas das florestas e do sustento das populações das florestas

ÁSIA

- Barragens como limpeza étnica: a guerra da junta birmanesa contra o povo Karenni
- Criação de florestas 'manejáveis': as plantações e seus trabalhadores na Índia
- Indonésia: Dilemas do FSC no coração de Bornéu. Sacos de areia ou traição?
- Malásia: condições das trabalhadoras das plantações de dendê

OCEANIA

- Aotearoa/Nova Zelândia: nem absolutamente nem positivamente florestas

* CELULOSE S.A

- O poder corporativo da indústria da celulose e do papel

* ÁRVORES GENETICAMENTE MODIFICADAS

- Convenção das Nações Unidas sobre Diversidade Biológica: decisão importante sobre as árvores geneticamente modificadas

* NOSSA OPINIÃO

- Uma proposta modesta para o Dia da Terra

Em 1729, Jonathan Swift -que dedicou grande parte de sua obra à luta pela Irlanda contra o domínio inglês- publicou sua sátira “*A Modest Proposal for Preventing the Children of Poor People in Ireland from Being a Burden to their Parents or Country, and for Making them Beneficial to the Public*” (Uma proposta modesta para impedir que os filhos das pessoas pobres da Irlanda sejam um fardo para os pais ou para o país, e para torná-los proveitosos ao interesse público) (ele sugeria que deveriam ser bem alimentados e depois transformados em comida). Se ele tivesse estado vivo hoje, teria tido alguma coisa satírica para dizer sobre o governo dos EUA e o Dia da Terra (22 de abril).

De acordo com a página na web do Dia da Terra do governo dos EUA (<http://www.earthday.gov>), “O Dia da Terra é uma oportunidade para celebrar os ganhos que temos obtido e criar novas visões para acelerar o progresso ambiental”. A mesma página diz que “A Administração do Presidente Bush está focalizada na efetivação de resultados significativos -ar e água mais limpos e terras e habitats silvestres mais saudáveis”. Apesar de que carecemos do gênio literário de Swift, gostaríamos de fazer uma contribuição Swiftoniana com essas surpreendentes declarações.

Para começar, gostaríamos de dizer que fica claro que podemos celebrar todos os ganhos obtidos nas passadas décadas sob a sábia liderança do governo corporativo dos EUA. Muitas escuras e ameaçadoras florestas têm sido cortadas para deixar que os raios do sol cheguem ao solo. Muitos animais perigosos ou simplesmente inúteis têm sido levados à extinção. A água tem sido enriquecida -gratuitamente- com altas doses de custosos químicos. Durante a noite, os povos das florestas são iluminados pelas chamas de gás das companhias de petróleo. As áreas de florestas estão estritamente protegidas contra os povos indígenas e comunidades das florestas que ameaçam as companhias madeireiras, companhias mineradoras, companhias de plantação, companhias de criação de camarões e outras corporações benéficas para o meio ambiente.

O progresso ambiental também teve muito sucesso e o que parecia impossível tem virado realidade. Por exemplo, mudar o clima da Terra poderia ter parecido utópico. No entanto, as dificuldades foram superadas e agora podemos celebrar um futuro bem mais cálido. Fazer com que o nível do mar aumentasse também era percebido por pessoas pessimistas como impossível mas, como sempre, o governo corporativo dos EUA tem demonstrado que estavam erradas. Nos próximos anos, em vez de viver em vastos continentes, algumas pessoas afortunadas poderão viver em pequenas ilhas tropicais paradisíacas -antigamente os cumes mais altos daqueles continentes agora cobertos pela água- à sombra de palmeiras geneticamente modificadas.

A implementação de “novas visões” também tem tido sucesso e nesse sentido o petróleo é um exemplo paradigmático. Para atingir a mudança climática e aumentar o nível do mar é necessário queimar muito petróleo. Lamentavelmente a maioria do petróleo está fora das fronteiras dos EUA. A visão antiga implicava que as corporações precisavam de controlar os governos dos países ricos em petróleo, que nem sempre queriam colaborar. A nova visão faz com que as coisas sejam mais fáceis: o país rico em petróleo pode ser ocupado para evitar que use armas de destruição massiva.

Continuando com o enfoque de Jonathan Swift, gostaríamos de fazer uma Proposta Modesta para Impedir que as Corporações atrás do Governo dos EUA sejam um Fardo para seu País e Outros, e para Torná-las Proveitosas ao Interesse Público. A proposta é simples: que elas -e outras corporações transnacionais similares- sejam levadas à completa extinção.

* LUTAS LOCAIS E NOTÍCIAS

AMÉRICA DO SUL

- Bolívia: índios Toromonas em isolamento voluntário em grave perigo de desaparecimento

O mundo está se conscientizando da problemática dos Povos Indígenas Isolados da Amazônia. Parece incrível, mas existe melhor proteção para alguns animais do que para os grupos humanos que procuram preservar seu isolamento. Trata-se, sem dúvidas, de um direito humano fundamental que os povos isolados têm faculdade de exercer e defender e nós, de respeitar. Porém- e apesar das indicações da ONU, a OEA, a COICA, a UICN e outras instituições mundiais e regionais- a situação desses povos que habitam a Amazônia continental- o maior reservatório mundial de povos em isolamento- é alarmante. Todos os povos, sem qualquer exceção, estão em perigo de desaparecimento forçada. É preciso promover ações urgentes a fim de evitarmos que um novo genocídio acabe acontecendo. Os Povos Indígenas Isolados da Amazônia que ainda existem constituem um patrimônio humano e cultural único e não deveriam trilhar o mesmo caminho já sofrido por centenas de povos das florestas: o extermínio lento, a desaparecimento violenta e silenciosa, um genocídio vexatório e sinistro.

A despeito de ser um país majoritariamente indígena, a situação na Bolívia não foge à situação descrita. Existe pouca consciência sobre o drama, os esforços são isolados e falta uma visão integral capaz de movimentar todos aqueles que puderem contribuir a fornecer soluções. Ainda que os povos isolados estejam incluídos nos relatórios oficiais,

a abordagem desta problemática está limitada pela burocracia e a incompreensão de sua gravidade.

Isso tudo contrasta com a fortaleza exibida até pelas próprias organizações indígenas da Amazônia, que demonstraram sua capacidade de ação desde 1990 com a chamada Passeata pelo Território e pela Dignidade, um ponto de referência na história da Bolívia, já que inscreveu a problemática dos povos indígenas amazônicos do país na agenda nacional. Não obstante, 16 anos após, o assunto dos povos isolados continua sendo marginal, episódico e quase invisível, inclusive para muitas das organizações que trabalham na própria Amazônia.

Os Toromonas são um caso arquetípico do que sustentamos. A inquestionável existência histórica de parte da família lingüística Tacana mal é conhecida e valorizada. Atualmente, supõe-se que um grupo da etnia esteja habitando a área do vale do rio Colorado e as cabeceiras do rio Sonene (ou Heath), no interior do Parque Nacional Madidi, no norte amazônico do Departamento de La Paz. Essa presença deve ser certificada urgentemente a fim de possibilitar a promoção de ações de proteção estrita.

Nós, como Expedição Madidi, estamos lutando para isso acontecer desde o ano 2000, quando soubemos do assunto ao trabalharmos nas comunidades mestiças localizadas junto ao suposto território toromona. Em outubro do ano passado, comprovamos e denunciemos publicamente, verdadeiramente espantados, que a região se encontrava lotada de madeiros que, nas incursões à procura de árvores de madeira rara, podiam entrar em contato violento com o grupo isolado e assim sua existência estava seriamente ameaçada. Nesse sentido, estamos preparando, para a época seca, uma nova expedição para a região a fim de podermos completar nosso trabalho de campo e apresentar os indícios e/ou as evidências materiais e/ou visuais suficientes para provar a sobrevivência dos Toromonas históricos, respeitando seu direito de isolamento, quer dizer, evitando qualquer contato físico tanto de nossa parte quanto de qualquer um.

Esta nova expedição estará inscrita em um contexto diferente. A nação boliviana está vivenciando uma época de mudanças históricas. É a primeira vez que um índio assume a Presidência da República. Nesse sentido, temos certeza de contar com a compreensão e o apoio de Evo Morales, a máxima autoridade do país. Além disso, desejamos que a problemática dos Povos Indígenas Isolados e os Povos Indígenas em Situação de Alta Vulnerabilidade seja incluída no texto da nova Constituição Política do Estado boliviano que começará a ser discutida a partir do próximo 6 de agosto, na cidade de Sucre, no contexto de uma Assembléia Constituinte.

Com este artigo, não só queremos alertar e difundir o risco em que vivem os povos isolados da Bolívia, bem como convocar todos aqueles que quiserem ajudar os Toromonas, para entrar em contato conosco, através do correio eletrônico pablocingolani@yahoo.com.ar. A luta pela proteção dos últimos povos isolados da Amazônia boliviana não pode esperar. É agora ou nunca.

Por: Pablo Cingolani, correio electrónico: pablocingolani@yahoo.com.ar, Fundação Expedição Madidi

Quem quiser ler mais informações sobre a temática, pode acessar www.bolpress.com ou o blog www.cingolani.ssolucion.com, onde está publicado o documento “Sobre

antropología de urgencia en Bolivia: Pueblos étnicos de tierras bajas en situación de alta vulnerabilidad y en aislamiento voluntario” elaborado pelo antropólogo Álvaro Díez Astete. O documento também está disponível no site do WRM no seguinte endereço eletrônico http://www.wrm.org.uy/paises/Bolivia/ANTROPOLOGIA_URGENCIA_BOLIVIA.pdf

- Brasil: empresas de celulose deverão retirar plantações de eucalipto em zonas de amortecimento de parques nacionais na Bahia

O Ministério Público Federal, através da Procuradoria da República em Ilhéus-Bahia, conforme Recomendação nº 01 de 18 de novembro de 2005, requisita a retirada de plantações de eucalipto no raio de 10 (dez) quilômetros, nas zonas de amortecimento das Unidades de Conservação, dos Parques Nacionais do Descobrimento, Monte Pascoal e Pau Brasil como determina a Legislação Brasileira. O documento diz ainda que os empreendedores, ou seja, as empresas de celulose, devem elaborar um Plano de Recuperação de Área degradada – PRAD, logo após a retirada do eucalipto, de forma que o meio ambiente seja restaurado.

Há quase quinze anos o Centro de Estudos e Pesquisas para o Desenvolvimento do Extremo Sul da Bahia (CEPEDES), juntamente com outras entidades vem denunciando as irregularidades cometidas pelas empresas de celulose, na Bahia e no Espírito Santo. Na Bahia, dentre muitas irregularidades estão os plantios de eucalipto no entorno das Unidades de Conservação (Ucs), contrariando a determinação da Lei Federal nº 9.985, de 18 de julho de 2000, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Unidade de Conservação-SNUC, onde prevê a existência de zonas de amortecimento para o entorno dos parques. Estas zonas de amortecimento deverão ser utilizadas como corredores ecológicos que possam garantir a sobrevivência das espécies da fauna e flora local, manutenção e fortalecimento da Biodiversidade.

Essa decisão do Ministério Público Federal é consequência da audiência pública realizada em outubro de 2005, no Centro de Convenções de Porto Seguro. Na ocasião as organizações da sociedade civil exigiram providências a respeito das irregularidades cometidas pelas empresas de celulose através de requerimentos, destinados ao Ministério Público Federal e Estadual, além do IBAMA e CRA, órgãos responsáveis pelos licenciamentos e acompanhamento dos plantios.

A recomendação ressalta que “a Mata Atlântica é patrimônio Nacional, disposta na Constituição da República Federativa do Brasil, em seu art. 224 parágrafo 4º, e que sua utilização deverá seguir os ditames legais estabelecidos, visando assegurar a preservação do meio ambiente, bem como que o Decreto 750/1993 veda terminantemente o corte, a exploração e a supressão de vegetação primária ou nos estágios avançado e médio de regeneração”. E acrescenta ainda que a substituição de milhares de espécies vegetais por apenas uma de interesse econômico, direcionado para a indústria de celulose, promove riscos para a fauna e flora local.

Está tramitando também um processo administrativo de nº 1.14.001.000046/2001-67, que monitora o licenciamento de localização do plantio irregular de 45.000 hectares de arvores de eucalipto da Aracruz Celulose no extremo sul da Bahia.

De 1970 a 1985, a Bahia perdeu 70% de suas matas nativas com a chegada das empresas de papel e celulose Suzano Bahia Sul, Aracruz, CAF Santa Bárbara Ltda e da Veracel. De acordo com estudos recentes do Ministério do Meio Ambiente, o extremo sul da Bahia tem apenas 4% da Mata Atlântica original, em áreas de reserva. Nesta região, estima-se que mais da metade das terras agricultáveis estejam nas mãos das empresas. Cerca de 12 mil famílias estão acampadas nas estradas. A expulsão dos trabalhadores rurais, quilombolas, pequenos agricultores e índios do campo gerou um crescimento significativo das favelas, desagregação de grupos e famílias, violência e miséria.

O modelo de desenvolvimento imposto pelos Governos para esta região tem destruído sistemas inteiros de vida vegetal e animal. A riqueza gerada no modelo econômico que propicia a concentração de renda e de terras, não impediu o crescimento da miséria e da fome. Diante disto, surgiram manifestações e movimentos que refletem a consciência de parcela significativa da população sobre a violência ambiental e social proporcionadas pelas grandes extensões de monocultura de eucalipto na região.

Portanto, diante desta determinação do Ministério Público Federal para que o Ibama, órgão ambiental, tome providências no sentido de fazer com que as empresas de celulose retirem as plantações de eucalipto no entorno dos parques, fica evidente mais uma vez que as declarações de cunho ambientalista que as empresas de celulose vem fazendo através dos meios de comunicação, estão caindo por terra. As reuniões promovidas por empresas de celulose, com o objetivo de disfarçar a realidade e discutir corredores ecológicos já não fazem sentido. O que temos aqui na região do Extremo sul da Bahia não é um corredor central de Mata Atlântica o que temos aqui é um corredor central da monocultura extensiva do eucalipto com pequenas manchas, ou seja, mosaicos, isolados de “Moita” Atlântica.

A decisão do Ministério Público Federal é um fato inusitado e muito significativo para a sociedade civil organizada do Extremo Sul da Bahia já que durante tanto tempo vem solicitando providências dos órgãos competentes no sentido de impedir a destruição total do Bioma. Agora, cabe não só ao Ibama ou às ONGs fiscalizar as atividades dessas empresas, mas também a população, a maior interessada em preservar os remanescente de Mata Atlântica.

Por: Ivonete Gonçalves, CEPEDES – Centro de Estudos e Pesquisas para o Desenvolvimento do Extremo Sul/Bahia, cepedes@cepedes.org.br, <http://www.cepedes.org.br/>

- Colômbia: foi aprovada às pressas a Lei (madeireira) Florestal

Depois de a Lei Florestal ter sido aprovada no Congresso, foi enviada para aprovação presidencial em 13 de dezembro de 2005. O Presidente Álvaro Uribe objetou 12 artigos da Lei e o esperado era a volta do texto com as objeções para sua discussão no Congresso, conforme indica o trâmite formal. Mesmo que as objeções do governo – caso sejam aprovadas- não solucionem os problemas que tem a lei, que foi pensada para entregar as florestas do país às empresas madeireiras, era desejável que, pelo menos, existisse um espaço para os parlamentares discutirem essas objeções. Porém, isso nunca aconteceu.

No dia 28 de março, durante as plenárias da Câmara, a Lei Florestal foi aprovada. A sessão transcorreu de forma apressada, confusa e para nada entendível, e foram mencionadas as objeções presidenciais. Todas foram aprovadas às pressas em poucos minutos, sem dar chance aos interessados de ficar sabendo do o que estava sendo aprovado. O mais envergonhante foi que enquanto a lei estava sendo aprovada, os parlamentares, em grotesco espetáculo, estavam batendo papo em animadas reuniões, falando pelo telefone celular ou rindo. Várias das pessoas que estávamos na sala da Câmara, como observadores e que esperávamos a discussão também ficamos sem saber em que momento tinha sido aprovada. No dia seguinte, na Plenária do Senado, a forma de aprovação foi ainda mais aberrante, já que era uma Plenária com escassa presença de Senadores e sem ter verificado o quorum, a Lei Florestal foi tratada em uma sessão de poucos minutos, na que foi apresentada às pressas e sem mediar discussão alguma, foram aprovadas as objeções à lei feitas pelo governo. Estes fatos reiteram o obscuro interesse de passar por baixo do pano uma lei totalmente sem legitimidade, e fugindo do debate público.

O jeito lamentável em que a lei foi aprovada deixa sérios questionamentos e a sensação de o procedimento seguido ter sido irregular ou pelo menos pouco ético. Com isso fica demonstrado, mais uma vez, o grande interesse do governo em pôr em andamento uma estratégia perversa e mal-intencionada que dissuada as crescentes críticas à lei florestal para que desse jeito não se modifique no essencial o marco jurídico e assim permitir que os grandes investidores madeireiros tenham fácil acesso às florestas do país e ainda com privilégios. Isso ficou evidente no decorrer do processo de aprovação da lei, quando as pessoas que estavam fazendo *lobby* exercendo pressão, eram as principais empresas particulares, em estreita colaboração com *Chemomics* (USAID) e os Ministérios da Agricultura e Meio Ambiente, para que a lei fosse aprovada pelo Congresso, ignorando as sérias e reiteradas críticas feitas por diversos setores da sociedade colombiana.

Ficou em evidência, também, que apenas nesse momento foi entregue aos parlamentares a *Gaceta del Congreso* N° 50, datada em 24 de março de 2006, e que contém as objeções do governo. Não existiu, obviamente, preparação para o debate. Mesmo com as 10 objeções aceitas, a lei foi aprovada tal como saiu da Comissão V da Câmara, que em essência não modifica em nada nem a estrutura nem os objetivos nem os alcances, já que finalmente o trabalho se focalizou em “caprichar e adequar a linguagem” para driblar os obstáculos formais de inconstitucionalidade que pudesse ter a lei.

O objetivo era mascarar alguns dos aspectos perversos da Lei, especialmente no que tem a ver com o futuro tanto das florestas públicas quanto das florestas propriedade das comunidades indígenas e afro-colombianas. Fica evidente a irresponsabilidade da maior parte do Congresso e do governo nacional diante de um assunto tão transcendental para o país, como é a preservação e o manejo sustentável do patrimônio natural da nação, um dos ecossistemas de florestas de maior importância para o planeta. Depois deste aberrante procedimento nas plenárias do Congresso, apenas resta a autorização presidencial.

Apelamos às organizações indígenas, camponesas, afro-colombianas, ambientalistas e às pessoas que sintam lesados seus direitos patrimoniais sobre as florestas da nação e das comunidades indígenas, afro-colombianas e camponesas, para expressarem sua posição de rejeição diante da lesiva Lei Florestal e realizarem ações que permitam

preservar as florestas tanto para as gerações presentes quanto para as gerações futuras do país. Também para que seja reconhecida a importância que tem um manejo adequado, sustentável, responsável, participativo e autônomo por parte dos verdadeiros donos, os que conservam e enriquecem as florestas da Colômbia.

Várias organizações colombianas estão impulsionando uma campanha contra esta lei. Quem quiser aderir à campanha por favor envie seu apoio ao seguinte endereço eletrônico: bosques@censat.org

Grupo Semillas – Censat Agua Viva, Amigos de la Tierra - Fundación Swissaid - Paula Álvarez - Consejo Comunitario de la comunidad negra del río Cajambre – Cecoin – Consejo comunitario del río Naya – Consejo Comunitario de Cupica – Cabildo Embera Katío del Alto San Jorge – Mesa de manglares del Pacífico – Unión Territorial Interétnica del Naya – Consejo Comunitario del Naya – Fundación Jenzerá – REDJUAN – Re-movilidad Sustentable – Proceso de Comunidades Negras PCN - Amigos de la Tierra Internacional - COECOceiba AT Costa Rica – Campaña de Bosques Amigos de la Tierra Internacional – World Rainforest Movement WRM – RAPAL Uruguay – REDES Amigos de la Tierra Uruguay – Eco La Paz Argentina – Organización Nacional Indígena de Colombia ONIC, a seguir assinaturas

- Guiana: certificado controversial da Barama provoca mais manchas na reputação do FSC

Um novo certificado outorgado pelo FSC a uma importante exploração florestal tem causado surpresa entre profissionais florestais, ambientalistas e ativistas dos direitos humanos. Na Guiana, a SGS Qualifor- uma companhia suíça de certificação acabou de conceder um certificado do FSC à gigante madeireira, Barama Company Limited (BCL), que tem uma concessão de 1.69 milhões de hectares no noroeste da Guiana. A BCL é uma co- propriedade da transnacional sul- coreana Sun Kyong e da controversial corporação malaia Samling Timbres Sdn Bhd, cuja atividade madeireira nas terras ancestrais da nação Penan em Sarawak, na Malásia, continua acendendo protestos.

Em 1991, a BCL obteve a primeira concessão na Guiana sob circunstâncias nada transparentes. O acordo concedeu-lhe uma redução de impostos que era tão generosa que, além de ser denunciada a viva voz, como uma venda total pelos políticos da oposição que alegaram a existência de corrupção, chegou a ser questionada por instituições tais como o World Resources Institute. Até o governo britânico que mais tarde deu apoio ao “desenvolvimento” do setor florestal da Guiana, admitiu que o contrato tinha sido generoso demais e devia ser revisado.

Durante a década de 1990, a BCL realizou suas atividades madeireiras desde o extremo norte da concessão indo para o sul entrando nas florestas dos arredores da Arakaka e Matthew’s Ridge e transportando por via marítima a madeira derrubada em barças fora do Port Kaituma, rio abaixo, rumo ao leste, ao longo do litoral e sendo processada perto da capital, Georgetown, em sua fábrica de madeira compensada em Land of Canaan. A atividade madeireira foi denunciada pela Associação dos Povos Ameríndios, a principal organização indígena nacional, que documentou como as atividades da BCL tinham ignorado os direitos indígenas, arrasado com escavadoras os túmulos, forçado os moradores ameríndios a abandonar suas terras a fim de deixar espaço para a madeira

derrubada, e permitido que o meio ambiente fosse esgotado nas mãos de caçadores e mineiros não autorizados que entravam pelos caminhos clareados pelo corte. Foram precisos dez anos para o governo regularizar o direito de posse de terra dos Índios Carib em Baramita no lado oeste da concessão mas inúmeros assentamentos ameríndios na concessão permanecem sem títulos e sem reconhecimento até hoje. Enquanto isso, a fábrica de madeira compensada, próxima a Georgetown, sofreu um barulho constante de persistentes disputas trabalhistas.

A BCL alegou que não obtia lucros de sua maciça concessão no noroeste já que as florestas da região apenas produziam árvores baromalli de diâmetro relativamente pequeno. Assim, começou a comprar madeira de maior qualidade de outros concessionários, inclusive chegando a acordos controversiais e não regularizados com comunidades ameríndias que acarretaram uma colheita excessiva e divisões na comunidade.

Nos últimos três anos, porém, a BCL tem mudado sua base de atividades fora do Port Kaituma. Adquiriu direitos adicionais em mais de 300.000 hectares ao longo da beira do rio Essequibo e começou a fazer novos caminhos, desmatando, desde as proximidades de Buck Hall no leste, atravessando essas áreas adicionais e entrando na sua própria enorme concessão. Também se aproximou de órgãos de certificação com vistas a conseguir que sua atividade fosse certificada.

Os engenheiros florestais locais ficaram alarmados com a maneira precipitada em que a BCL conseguiu um certificado. Por um lado, a BCL se uniu a outras companhias florestais e conservacionistas em uma iniciativa nacional para desenvolver os padrões do FSC guianenses e por outro, em forma simultânea, solicitou a certificação sobre os padrões genéricos do FSC, que foram adaptados localmente à Guiana pela SGS Qualifor através de consultas. Houve uma revolta veemente em 2003 quando se difundiram declarações de que a BCL tinha insistido nos reclamos dos ameríndios a respeito de que as operações da BCL tivessem sido excluídas das atas do encontro das múltiplas partes interessadas. Os profissionais florestais guianenses também questionaram a boa fé da BCL no processo de desenvolvimento de padrões nacionais. Por que a companhia não esperou pela Certificação Florestal da Iniciativa Nacional da Guiana e pelo contrário lutou por um certificado genérico da SGS Qualifor?- eles perguntaram.

A SGS Qualifor emitiu o certificado para a atividade da BCL no dia 17 de fevereiro de 2006 e pouco depois divulgou o resumo público na web. É um documento esquisito. Em vez de revisar o plano de manejo e desempenho para a unidade de manejo florestal por inteiro, o certificado apenas é aplicado a 570.000 hectares nas 4ª e 5ª subunidades de um total de sete, nas quais a concessão tem sido dividida. Desse modo, a revisão não leva em consideração as primeiras três áreas da atividade madeireira onde a companhia tropeçou com muitas discussões na área do Port Kaitumo no norte da concessão. Também desconsidera os últimos dois blocos cortados que também colocará a companhia em contato com as comunidades ameríndias no Rio Cuyuni para o sul. Parece que a revisão ignora completamente as preocupações que tinham sido colocadas a respeito das disputas na fábrica de compensado e da controversial compra que a companhia fez da madeira de fora da concessão. Parece que a “Certificação parcial” foi considerada em um novo nível.

Ao anunciar o certificado FSC em uma coletiva de imprensa do dia 26 de março em Georgetown, a capital da Guiana, a BCL reclamou que suas atividades não tinham dado lucros em 15 anos de operações! (Lembrando os cínicos observadores das famosas atividades madeireiras japonesas e malaias em Papua Nova- Guiné, as quais foram manejadas do mesmo modo para mostrar a falta de lucro, principalmente através da armadilha de “transfer pricing” dos auditores). A BCL alegou falta de lucratividade como um fato conferido e confirmado, portanto, como a companhia conseguiu o certificado quando um dos princípios chave do FSC é que as atividades devem ser “economicamente viáveis”? E se não foi a companhia que obteve benefícios de sua atividade madeireira sobre a quinta parte da floresta permanente do estado da Guiana”, então quem foi? A redução de impostos usufruída pela companhia significa que o erário da Guiana recebeu quase nada. Os ameríndios foram clamorosos nos seus reclamos desde que a operação começou. Por sua vez, os residentes de Port Kaituma se lamentam porque o súbito crescimento na demanda local de trabalho da década de 90 está quase terminando e eles ficaram com a caça reduzida, as florestas derruídas e uma infraestrutura caindo aos pedaços. É esse o “manejo florestal sustentável “ que o FSC tenta impulsionar?

A certificação da BCL foi estrondosamente, talvez incorretamente, proclamada como a maior área de floresta tropical no mundo certificada pelo FSC. Por favor me passe a saco de enjôo...

Por Marcus Colchester. Forest Peoples Programme, e-mail: marcus@forestpeoples.org

Para a revisão da SGS acessar: http://www.sgs.com/9205-gy_-_barama_ma2005-10_-_ad36a-03_gm.pdf

ÁFRICA

- A viagem de campo na África do Sul do Grupo de Trabalho de Políticas sobre Plantações do FSC

Como parte de um processo de dois anos para revisar a política do FSC sobre a certificação das plantações madeireiras, membros do grupo de trabalho de políticas visitou recentemente a África do Sul para sua reunião final. Seguem citações do relatório sobre a viagem de campo a áreas de plantações, redigido por Wally Menne (membro da coalizão local “Timberwatch Coalition”).

De acordo com as políticas do FSC, as organizações ambientais locais, representadas na Timberwatch Coalition, foram convidadas para participarem da viagem de campo, e até para fazer sugestões com o fim de que se incluíssem itens no programa da viagem de campo. Pouco tempo depois, ficou claro para a Timberwatch que havia alguns problemas com essa situação, sendo o mais importante deles que a organização do programa da viagem de campo estava em mãos de um membro do grupo de trabalho de políticas que também era empregado da associação da indústria da madeira ‘*Forestry South Africa*’ (FSA).

O problema não foi resolvido facilmente e logo ficou evidente que a solicitação da Timberwatch de uma alocação de tempo equivalente (um dia para a indústria e um dia

para as ONGs) não seria aceita. O representante da FSA no grupo de trabalho de políticas parecia estar pressionando por um programa que estava fortemente parcializado em favor dos interesses da indústria e que cabia às ONGs participantes achar formas de nivelar o campo de jogo.

A primeira oportunidade apareceu no dia no que os membros do grupo de trabalho de políticas chegaram a Durban e tinham algum tempo disponível antes de partir de ônibus para o local da reunião. A Timberwatch combinou, para as pessoas que estavam interessadas, uma reunião com membros da *South Durban Community Environmental Alliance* (Aliança Ambiental Comunitária de Durban Sul), que opera em uma área onde as comunidades locais são afetadas negativamente pela poluição industrial, incluindo a poluição de uma grande fábrica de pasta localizada no meio de uma área residencial. O objeto desse exercício foi demonstrar aos membros do grupo de trabalho de políticas que as plantações industriais de madeira têm impactos bem maiores sobre as pessoas e o meio ambiente que apenas nas áreas onde são plantadas.

A viagem de campo incluía uma plantação de eucalipto onde uma organização financiada pela indústria '*The Institute for Commercial Forestry Research*' - ICFR (O Instituto de Pesquisa Florestal Comercial) estava levando a cabo uma pesquisa para evidenciar a 'sustentabilidade' na produção de madeira. Logo ficou evidente que os resultados desse projeto, que é levado a cabo como parte de um programa internacional junto com o CIFOR, tinha sido bastante predeterminado, utilizando um conjunto de critérios limitados que quase não considerava nenhum outro aspecto que não fosse a produção de madeira bruta. O apresentador do ICFR fez a surpreendente afirmação de que a pradaria natural se recuperaria totalmente em dez anos (com manejo apropriado) se as plantações de eucaliptos tivessem que ser removidas. Também disse que as plantações melhorariam a qualidade do solo e a fertilidade!

O seguinte item do programa foi uma demonstração de aplicação de herbicidas dentro de uma jovem plantação de pinus. Parecia que não havia necessidade de controle de ervas daninhas aqui, já que as árvores já tinham crescido além de uma altura onde a concorrência com as ervas daninhas poderia ter apresentado um problema, e havia evidência de muito pouco crescimento de ervas daninhas novas. Também resultou evidente que havia alguns problemas com relação à forma em que a pulverização poderia afetar os trabalhadores envolvidos que eram principalmente mulheres empregadas indiretamente através de uma empreiteira. Uma das preocupações era que não havia monitorização da saúde das pessoas depois que deixavam de trabalhar para a empreiteira. Se essas pessoas deixam o trabalho por causa de problemas de saúde ou alergias, e depois ficam doentes ou morrem, não há qualquer sistema estabelecido para monitorizar sua situação. Um aspecto interessante do uso de pesticidas é que fornece uma forma de ver qual a diferença entre as plantações e as florestas. O próprio pensamento de usar venenos químicos em uma floresta biodiversa, onde todas as criaturas existem em harmonia, deveria ser diretamente rejeitado. No entanto, no caso das plantações, a monocultura antinatural de espécies de árvores geralmente exóticas está em conflito com o meio ambiente natural e é por isso que é necessário usar químicos para controlar a Natureza.

A viagem continuou através de plantações certificadas de pinus que claramente não cumpriam com as próprias diretrizes da indústria madeireira em termos de distâncias desde margens de florestas e zonas úmidas. Em alguns casos, verificava-se que as

árvores das plantações cresciam em áreas úmidas e era muito difícil ver evidências de atenção adequada a plantas exóticas invasivas.

Depois de passar através da estéril e deprimentemente monótona área de plantação de pinus, o caminho levou o grupo para uma posição estratégica elevada dentro de uma área de pradarias que tinha escapado piedosamente da destruição pela plantação. A visita se deteve nesse ponto para almoçar. A vista desde esse local abrangia uma paisagem variada na que as plantações madeireiras de cor verde escura chamavam a atenção, mas na que parecia que alguma coisa estava faltando. Naturalmente, era que quase não havia sinais de vida humana. Pareceu por um momento que as pradarias, terras agrícolas e plantações perante nossos olhos eram miraculosamente capazes de existir sem seres humanos. Não é assim, logicamente, mas, onde estavam escondidas todas as pessoas?

Aquelas pessoas que continuaram com a viagem e puderam visitar a área tribal conhecida como Ozwatini puderam ver onde é que vivem algumas das pessoas agora. Em isolamento e pobreza, as comunidades deslocadas em virtude do apartheid, continuam sendo deslocadas e é muito improvável que cheguem a recuperar seu status social ou amor próprio. Nem sequer os terrenos com árvores certificadas pelo FSC que visam a outorgar às pessoas antigamente menos favorecidas uma porção do bolo da indústria madeireira poderia mudar isso. Há evidencia demais de que as plantações madeireiras industriais, grandes ou pequenas, fazem pouco, quando muito, para melhorar as comunidades rurais e ainda prejudicam seus meios de vida e cultura tradicional.

De volta no hotel, John (Blessing) Karumbidza convidou o grupo para uma comovedora exibição de eslaides e uma apresentação sobre um projeto de pesquisa recentemente completado. Blessing realmente ousou documentar a forma na que as plantações madeireiras industriais na África do Sul tem impactado e ainda continuam impactando as comunidades rurais em áreas de crescimento de plantações madeireiras, como ninguém tinha feito antes. Cópias desse relatório de pesquisa foram distribuídas a todos os membros do grupo de trabalho de políticas e a maioria deles se mostraram gratos. A apresentação de Blessing foi capaz de explicar onde tinham ido algumas dessas comunidades perdidas. Também mostrou de que forma as plantações madeireiras continuam explorando, aterrorizando e deslocando povoadores rurais ainda hoje. Durante sua exposição ele salientou que “As Plantações não são Florestas” e esperamos que aqueles que estavam escutando possam internalizar essa verdade fundamental!

Extratos de: “Did the FSC Plantations Policy Working Group get it right?” Por Wally Menne, Timberwatch Coalition, e-mail: plantnet@iafrica.com

O relatório completo está disponível em:

<http://www.wrm.org.uy/countries/SouthAfrica/filedtrip.pdf>

- Etiópia: organização de conservação holandesa envolvida no despejo de milhares de membros de tribos

O controle do Parque Nacional de Omo no sul da Etiópia está sendo assumido pela organização de conservação holandesa *African Parks Foundation (APF)* e 50.000

membros de tribos estão ameaçados de deslocamento e/ou de perda de acesso a seus recursos vitais de sobrevivência.

O Parque Nacional de Omo de 1.570 milhas quadradas é o lar dos povos tribais Suri, Dizi, Mursi, Me'en e Nyangatom. Esses povos tribais moram ou utilizam quase o parque inteiro para cultivar e pastar gado. Essas terras têm sido seu lar por séculos.

Os limites do Parque Nacional de Omo foram recentemente legalizados para preparar o terreno para um contrato de manejo entre a African Parks Foundation e os governos federal e estadual da Etiópia. Essa legalização foi levada a cabo por funcionários de parques etíopes, que persuadiram os membros de tribos para abrir mão de sua terra, sem qualquer compensação, em documentos que não podiam ler.

Um membro tribal Mursi denunciou que ele “viu que a polícia deteve três Mursi e os forçou a assinar o papel com a impressão de seus polegares.”

A legalização do Parque de Omo vai fazer com que os povos Omo sejam posseiros ilegais em sua própria terra. A *African Parks Foundation* conhecia a forma em que era obtido o ‘acordo’ dos moradores locais a respeito dos limites do parque, e lhe foi pedido repetidamente que incluísse uma cláusula para que não se fizessem despejos em seu contrato com o governo. No entanto prosseguiram, e em novembro de 2005 assinaram um contrato que não faz qualquer referência aos povos tribais.

Vários funcionários do governo etíope disseram que planejam deslocar os povos tribais e a *African Parks Foundation* disse que não podia interferir com os planos de um ‘governo soberano’.

Já em outros casos despejaram-se pessoas de um parque do que a *African Parks Foundation* tem assumido o controle. Em fevereiro de 2005, a *APF* assinou um acordo para manejar o Parque Nacional de Nech Sar, perto de Arba Minch. Em novembro de 2004, 463 casas do povo Guji foram incendiadas por funcionários de parques etíopes e a polícia local, para forçar os Guji a deixar sua terra, dentro de Nech Sar.

"Geralmente escutamos no rádio notícias de até quando uma única casa é incendiada por criminosos. Ouvimos denúncias de todos os crimes. Neste caso perdemos 463 casas, mas isso não foi denunciado" disse um membro tribal Guji.

Em 2004, dez mil pessoas das tribos Guji e Kore foram reassentadas desde Nech Sar para cumprir um acordo contratual entre o governo e a *APF* a respeito de que todas as pessoas seriam removidas antes de que a *APF* assumisse o controle.

"Não queríamos estar envolvidos no reassentamento, portanto coloquei uma cláusula no contrato que dizia que não assumiríamos o controle o parque até que o reassentamento fosse completado," disse Paul van Vlissingen.

A *African Parks Foundation* foi fundada por Paul van Vlissingen, Presidente da gigante global varejista Makro Retail and Calor Gas, uma companhia de distribuição de gás líquido de petróleo. Rob Walton, Presidente da diretoria da Wal-Mart está na diretoria da *African Parks Foundation*. A Fundação Walton tem doado grandes montantes de

dinheiro para a *APF* e aparece como uma das duas maiores financiadoras dos parques africanos, junto com o Departamento de Estado dos Estados Unidos da América.

A *African Parks Foundation* maneja parques na Zâmbia, no Malauí, na África do Sul, na República Democrática do Congo, no Sudão e na Etiópia e sabe-se que procura manejar mais parques. A receita desses Parques se acumulam para seus projetos e são aplicados para abrir mais parques. “Os Parques Nacionais devem transformar-se em companhias virtuais” disse Paul van Vlissingen e essa filosofia empresarial faz sentido para sua organização de conservação, com o magnata Rob Walton na diretoria.

O impacto ambiental desse plano poderia ser desastroso se as pessoas que têm manejado essa terra e sua fauna e flora silvestres durante séculos são removidas. Os povos tribais têm formado essa paisagem durante milhares de anos de agricultura e pastagem. A mudança mais radical para o ecossistema seria a remoção de seres humanos, com os que os animais selvagens têm desenvolvido padrões de comportamento durante milênios. Povos famintos e zangados ao redor do parque seriam prejudiciais para o sucesso do parque e da biodiversidade.

Se os povos tribais da área forem removidos, haverá grande risco de conflito violento tanto com o governo quanto com quaisquer tribos para cujas terras forem trasladados. Não há terras sem utilizar na área; as lutas surgiriam da existência de muito pouca terra para tantas pessoas.

"O governo etíope deveria estar muito preocupado a respeito das perspectivas de ainda mais violência se prosseguisse com sua política aparente de remoção na área de Omo" disse David Turton, um antropólogo britânico com mais de 30 anos de experiência de trabalho com os Mursi, uma das tribos que vivem nos limites do Parque Nacional de Omo. "Qualquer tentativa de invadir o território Mursi vai disparar a pressão existente sobre os recursos na área baixa de Omo."

Se você quiser apoiar a luta contra essa situação, visite
<http://www.wrm.org.uy/countries/Ethiopia/actionalert2006.html>

Artigo baseado em informação fornecida por Native Solutions to Conservation Refugees, um projeto patrocinado fiscalmente do Global Justice Ecology Project. Por informação adicional sobre Native Solutions to Conservation Refugees contatar Will Hurd. Enviado pelo Global Justice Ecology Project,
info@globalecology.org, <http://www.globaljusticeecology>

- Nigéria: plantações de árvores às custas das florestas e do sustento das populações das florestas

A Reserva Florestal Omo – localizada no sudoeste da Nigéria – foi constituída legalmente como reserva florestal pela Portaria Nº 10 do ano 1925, a qual foi, posteriormente, emendada em 1952. A floresta, desde então se manteve praticamente inexplorada. A floresta foi transferida ao governo como reserva no dia 8 de outubro de 1918. O acordo foi realizado entre o Oficial do Distrito, Ijebu Ode como representante do governo colonial britânico e o Awujale de Ijebu Ode em representação da administração Ijebu Native. A Reserva Florestal Omo, com seus 1.305,5 km². está

dividida em Área J1-J3 (519,3 km²), Área J4 (565,8 km²), Área J6 (220,4 km²) e encraves (65 km²) (Ola –Adams, 1999).

Uma vistoria realizada na reserva entre 1916 e 1918 informou da existência de 5 povoados, um total de 30 assentamentos e uma população de 610 pessoas (300 homens, 190 mulheres e 120 crianças). Os assentamentos continuaram aumentando em número e tamanho, e a população atual da reserva não é de menos de 25.000 pessoas. Estima-se que o número de pessoas que obtêm benefícios da reserva está entre 80.000 e 100.000 (Karimu, 1999).

A reserva se localiza em uma floresta tropical de planície (o contrário das conhecidas como florestas de montanha). A floresta em sua forma inalterada tinha o mais complexo e produtivo tipo de vegetação do país. A floresta de montanha faz parte da área úmida da floresta tropical guineano- congoleza e se estima que o sistema abriga cerca de 8.000 espécies de plantas. Parte da região sul da reserva fica na faixa original de árvores mahogany no sistema.

Em decorrência das atividades contínuas do homem, em especial as atividades de corte e processamento da madeira, bem como o estabelecimento de monoculturas de árvores pelo Projeto de Plantações Florestais do Estado de Ogun, o padrão de vegetação em Omo tem se modificado significativamente. A vegetação original da reserva ocupa, na atualidade, 0,3% da área total. As florestas alteradas (derrubadas), as monoculturas de árvores e as áreas dedicadas à agricultura ocupam 60%, 30% e 10% respectivamente. Não menos de 35.775 troncos de 65 espécies de árvores são cortadas da Reserva Florestal Omo a cada ano, (NFWSG, 1994 citada por Ola-Adams, 1999).

O precursor do Projeto de Plantação Florestal do Estado de Ogun começou em 1966 como o Projeto Gmelina de plantação para produção de celulose. O intuito deste projeto era aumentar as plantações de *Gmelina arborea* para que a produção de celulose pudesse alimentar o Iwopin Pulp and Paper Mill.

O governo do Estado Ocidental financiou o projeto até 1972 quando um total de 2.000 hectares de plantações de *Gmelina arborea* foram estabelecidas na Área J6 da reserva. Entre 1973 e 1979, o Governo Federal da Nigéria sustentou o projeto com a subvenção de 6.000 hectares adicionais de plantações de Gmelina.

O Estado de Ogun, então, através do Governo Federal da Nigéria, conseguiu um empréstimo do Banco Mundial que utilizou para aumentar em mais de 10.000 hectares as plantações de *Gmelina arborea* entre 1980 e 1987.

Ao se aproximar a finalização do empréstimo do Banco Mundial em 1987, foi contatado o Banco Africano de Desenvolvimento (ADB, por sua sigla em inglês) para obter uma continuação do empréstimo a fim de prosseguir com o projeto. O empréstimo foi concedido e efetivou-se a partir de 1989. No final da parte do projeto financiada pelo ADB por volta dos anos 1995 e 1996, o projeto tinha estabelecido 23.130 hectares de plantações. A temível tendência continua até hoje com verbas do Governo do Estado de Ogun.

O efeito decorrente destas práticas insustentáveis é uma miséria cada vez maior nas comunidades florestais. Em um recente estudo dirigido pelos Defensores dos Direitos

dos Povos Indígenas (IPRC, por sua sigla em inglês), os habitantes da floresta entrevistados em muitos dos encaves, informaram de uma queda na qualidade e quantidade dos recursos florestais decorrente da contínua degradação da floresta provocada pela exploração excessiva. Os recursos mencionados incluem carne selvagem (que constitui a maior fonte de proteína animal), madeira e produtos florestais não madeireiros.

Mesmo com a presença do Banco Mundial e o ADB na reserva, o Governo do Estado de Ogun não realizou qualquer esforço concentrado para diminuir os sofrimentos dos habitantes da floresta, nem providenciou recursos de infra-estrutura e facilidades sociais como caminhos acessíveis, eletricidade, boas fontes de água nem forneceu meios de vida alternativos para eles.

Por causa do mau estado dos caminhos na reserva, o transporte de mercadorias e pessoas na reserva e nas cidades vizinhas é sempre muito difícil e caro. O resultado é um custo de vida muito elevado em uma comunidade integrada maioritariamente por pessoas indigentes.

Nos encaves visitados pelos IPRC, não havia nenhuma boa fonte de água potável. Os encaves dependem de rios perenes poluídos que estão virando temporários por causa dos efeitos nocivos da modificação da vegetação sobre as águas dos rios. A respeito da eletricidade, o único lugar que está eletrificado é o Grace Camp, onde o projeto tem seus escritórios e suas áreas residenciais.

Ficou claro que a forma de abordagem, não participativa e insustentável, do Departamento Florestal do Estado de Ogun do manejo dos recursos florestais é inaceitável com um terrível incidente que aconteceu nos dias 23 e 24 de fevereiro de 2006, quando uma brigada do Governo Estadual liderado pelo Responsável por Agricultura e Florestação, Sr. Dele Odulaja destruiu os sítios de cacau, plântano e sementes de cola propriedade de agricultores indígenas no encave Ebulende (ao longo da área Iho) da reserva, afirmando que os agricultores tinham destruído suas monoculturas de árvores para estabelecer seus sítios. Os agricultores que saíram para lutar contra os oficiais governamentais foram derrotados, seus sítios foram destruídos e alguns deles foram detidos.

Está na hora de o Departamento Florestal do Estado de Ogun deter este ato de brutalidade e injustiça. Está na hora, também, de eles reconhecerem a importância do envolvimento e a integração dos povos indígenas no manejo dos recursos de sua floresta como se prega pelo mundo inteiro. É necessário que o governo examine urgentemente suas atividades na reserva com o intuito de diminuir os sofrimentos dos habitantes da floresta e de melhorar seu nível de vida.

Por: Chima, Uzoma Darlington, Defensores dos Direitos dos Povos Indígenas, e mail: punditzum@yahoo.ca

ÁSIA

- Barragens como limpeza étnica: a guerra da junta birmanesa contra o povo Karenni

Aung Ngyeh, um Karenni de 31 anos fugiu para a Tailândia em 2002, tendo sido expulsado pela força de sua casa no Estado de Karenni pela guerra militar birmanesa contra as populações étnicas. Agora mora no campo de refugiados ao longo da fronteira tailandesa e trabalha com o Grupo de Pesquisa para o Desenvolvimento Karenni (*KDRG*) e faz campanhas para deter o investimento estrangeiro em projetos de “desenvolvimento” do regime birmanês.

Para Aung Ngyeh e milhares de outras pessoas deslocadas como ele, os projetos de “desenvolvimento” da ditadura militar birmanesa como as barragens planejadas no rio Salween (bem como as linhas de trem, rodovias, minas e gasodutos de gás natural) são ferramentas de guerra usadas pela junta para acossar e expulsar povos étnicos.

Quando tinha 16 anos de idade, Aung Ngyeh trabalhava como mão de obra forçada na construção das linhas de trem perto da área da barragem de Moby que alimenta as usinas hidrelétricas de Lawpita. Construída com financiamento japonês no início da década de 60 na queda d'água de Lawpita no rio Balu Chuang no Estado de Karenni, a barragem de Moby foi o primeiro projeto hidrelétrico da Birmânia.

Aproximadamente 12.500 Karenni perderam suas casas e campos permanentemente por causa do reservatório da barragem que cobre aproximadamente 207 quilômetros quadrados. Aquelas pessoas que moravam perto das usinas hidrelétricas foram forçadas a deixar o lugar sob a ameaça de uma arma e seus campos foram plantados com minas de terra.

Desde 1960, em grande parte no intuito de controlar a área de Lawpita, o exército birmanês aumentou sua presença no Estado de Karenni para mais de 24 batalhões permanentes, o que causou uma constante atormentação da população pelos soldados saqueadores. O trabalho forçado e de carga, a perseguição, a extorsão e as matanças a esmo são comuns, bem como a violência sexual, especificamente com mulheres étnicas, incluindo a violação por bandos militares.

Apesar do sofrimento que tiveram que suportar, os Karenni obtêm pouco benefício da barragem Lawpita. Pelo menos oito por cento do Estado de Karenni não recebe a eletricidade, que é derivada para Rangoon e Mandalay; de qualquer modo, a maioria dos residentes rurais não tem condições de pagar o preço da eletricidade. Além disso, como a água do rio Balu Chaung é desviada para as turbinas da barragem, os povoadores locais não podem obter água para seus campos quando a precisam e sofrem de escassez de água crônica.

O Estado de Karenni está localizado na margem oriental da Birmânia, entre a província tailandesa de Mae Hong Son no leste, o Estado Shan no norte e o Estado Karen no sul. O estado, que é altamente diverso culturalmente, possui sete municípios com uma população total de 300.000 pessoas, que também incluem “populações deslocadas internamente”.

Os Kayah são os habitantes majoritários do estado, mas há outros grupos étnicos, tais como os Gekho, os Geba, os Karen, os Kayan (Paduang), os Kayaw, os Bre, os Manumanaw, os Shan, os Yinbaw e os Yintalai. Cada grupo possui sua própria língua, costumes e crenças; também podem existir diferentes dialetos e outras diferenças dentro

de cada grupo. A maioria das pessoas praticam o cultivo de arroz de terras altas e baixas, junto com a pesca, a caça e a colheita de produtos florestais.

Os sete municípios do Estado de Karenni equivalem aproximadamente aos antigos reinos dos reis Karenni ou Sawphyas que governavam independentemente. No que reflete as tensões existentes atualmente com a ditadura birmanesa, os reinos Karenni nunca foram subjugados, nem sequer na época do domínio colonial britânico e continuaram sendo separados e independentes até 1948 quando a Birmânia obteve a independência da Grã Bretanha.

Depois da independência, os birmaneses estabeleceram o governo da Liga da Liberdade Anti-facista Popular (*AFPFL*) enquanto os Karenni formaram um governo paralelo, o Governo da Resistência Karenni (*KRG*) liderado por U Be Tu Re.

Em 1948, as tropas birmanesas invadiram os estados de Karenni e assassinaram U Be Tu Re. Desde a época, muitos grupos armados Karenni como a Frente de Liberação Nacional do Povo Karenni ou *KNPLF* têm lutado contra os birmaneses. A partir de 2002, todos os grupos, com exceção do Partido Progressista Nacional Karenni (*KNPP*) - formado em 1957 a partir do *KRG*- têm assinado acordos de cessar-fogo com a junta birmanesa.

A junta utilizou o cessar-fogo como pretexto para invadir posições mais estratégicas para obter maior controle sobre a área Karenni. Depois do cessar-fogo, a junta também colheu os nomes de pessoas envolvidas em diferentes grupos de liberação Karenni.

É por isso, diz Aung Ngyeh, que ele não pode ainda retornar para sua casa no Estado de Karenni, já que é um homem marcado pelo exército birmanês. No entanto, isso não conseguiu detê-lo tempo atrás para voltar a outras partes do estado, esconder-se nas florestas e caminhar ou pegar carona com os moradores locais, viajando para o Estado de Shan para examinar as condições atuais.

Ele diz que muitos Karenni já têm deixado o estado: alguns deles para as áreas fronteiriças na Tailândia, outros se escondem nas florestas perto de seus povoados destruídos, e a ampla maioria são levados pela força para campos de reassentamento onde são utilizados como mão de obra pela junta.

Os povoados afetados pelos reassentamentos forçados cobrem pelo menos a metade da área do Estado de Karenni e albergam pelo menos 20.000-30.000 pessoas. A junta lhes deu um prazo de apenas uma semana para trasladar-se aos locais especificados e estabeleceu que, se forem achados fora dos locais de reassentamento depois dessa semana, serão considerados como tropas inimigas e mortos sem aviso.

Durante o reassentamento o exército andava em redor saqueando e queimando celeiros, matando gado e forçando todo mundo, incluindo crianças, mulheres grávidas e anciões a caminhar pelas montanhas até locais de reassentamento afastados.

Perto dos lotados campos de reassentamento, há pouca terra arável para cultivar. Há escassez de alimentos apropriados e cuidados médicos, as pessoas sofrem de desnutrição e doenças como a malária; as mulheres são violadas constantemente por soldados armados e os que são capturados ao escapar são mortos.

Em virtude dos impactos da barragem Lawpita e da guerra continuada e os reassentamentos forçados pela junta, Aung Ngyeh diz que os futuros projetos como as barragens no rio Salween apenas podem piorar uma situação que já é insuportável para os Karenni.

Atualmente, a Tailândia e a Birmânia têm ajustado construir pelo menos quatro barragens ao longo do rio Salween na Birmânia, em Tasang no Estado de Shan e Hatgyi, Weigyí e Dagwin no Estado de Karen. As barragens de Salween produzirão no total 15-20.000 megawatts de eletricidade que serão vendidos para a Tailândia.

O começo da construção da barragem Weigyí está previsto para 2007. Será pelo menos dez vezes maior que a barragem Moby, e os maiores impactos serão sofridos pelos Karenni. Apesar de que está localizado no Estado de Karen, o reservatório da barragem inundaria mais de 640 quilômetros quadrados do Estado de Karenni, incluindo a maior parte das florestas de terras baixas e terra agricultável da área e transtornaria as pescarias ribeirinhas.

Apesar de que não há estudos disponíveis sobre as florestas na área de Salween do Estado de Karenni, sabe-se que as centenas de quilômetros quadrados de florestas de terras baixas a ficarem submersas pelo reservatório Weigyí estão dentro de uma eco-região considerada rica em biodiversidade.

A barragem de Weigyí submergiria completamente 28 povoados em quatro municípios Karenni, incluindo as cidades inteiras de Pasaung e Bawlake, e apesar de que muitos povoadores locais já têm sido reassentados pela força ao longo dos anos, estima-se que a barragem ainda afetaria diretamente a 30.000 pessoas. Isso inclui toda a tribo dos Yintalai -aproximadamente 1.000 pessoas- um sub-grupo étnico dos Kayah, cujas terras ancestrais estão em Pasaung e Bawlake.

Enquanto isso, estima-se que um terço da população já está reassentada ou deslocada pela força e há mais de 22.000 refugiados Karenni registrados em campos na Tailândia. Se as barragens de Salween prosseguissem, muitas dessas pessoas nunca vão conseguir retornar a seus lares.

Os grupos Karenni estão instando a Tailândia e outros investidores como a China para que detenham os planos para as barragens no rio Salween, incluindo a barragem de Weigyí. Para os Karenni, já devastados por meio século de guerra e violência promovida pela junta birmanesa, as barragens de Salween apenas são promessas de mais sofrimento.

Por Noel Rajesh, e-mail: rajesh@sea-user.org

A informação sobre os Karenni e as barragens de Lawpita e Salween está baseada no relatório “Dammed by Burma’s Generals: The Karenni experience with hydropower development – from Lawpita to the Salween” publicado pelo Karenni Development Research Group (KDRG). O relatório completo está disponível em www.salweenwatch.org ou contatar kdrg05@yahoo.com.

- Criação de florestas ‘maneáveis’: as plantações e seus trabalhadores na Índia

Quando os britânicos invadiram a Índia faz 250 anos, eles se depararam com o sub-continentes revestido de um mosaico de vegetação que não conseguiam entender. Árvores altas e escuras, trepadeiras retorcidas, gramado silvestre... a pura abundância tropical das florestas da Índia causou um impacto neles. No final das contas, as florestas passaram a representar problemáticas (ou coisas) mais simples: cobras, tigres, bárbaros/rebeldes, pragas e aventura. Porém, os colonizadores/comerciantes britânicos nunca descuidaram do cotidiano e prático que se achava além do “exótico” e “oriental”. A East India Company “construiu um império” e nos primeiros cem anos do regime britânico houve uma pilhagem gigantesca da metade da vegetação florestal da Índia. A madeira resultante disso foi parar nas estradas de ferro e nos novos e velhos estaleiros na Índia e na Inglaterra. A terra “clareada” foi preparada para proprietários de plantações (chá, café, índigo e cana-de-açúcar), e para os nativos “zamindars”, a nova classe de senhores feudais criada pelos britânicos.

O massacre continuou até 1860. Um século de construção do império junto com as associadas pressões e coerções políticas e comerciais tornou os governantes mais sábios e em muitas áreas (por exemplo, nas áreas sob controle administrativo de reis “nativos” e nababos) as florestas foram deixadas em paz. As florestas dentro do império tiveram uma sorte diferente. Em 1864 criou-se a primeira administração florestal do Império Britânico, a Imperial Forest Service. Em 1868 e 1878 a Índia foi “dotada” de sua primeira política e lei florestal que determinava, entre outros, a expulsão das comunidades indígenas da floresta e a restrição de usarem a floresta. Em benefício da rainha e do império, os britânicos decretaram que os recursos das terras comuns não povoadas e sem dono como as pastagens e as florestas seriam “domínio eminente”, o que significava que o estado colonial “manejaria” as florestas como achasse conveniente. O “manejo” dos recursos (era chamado pelos britânicos de manejo florestal científico) era a chave que reivindicava a política florestal indiana para fazer as florestas mais homogêneas e produtivas.

A “homogeneização” foi a palavra mágica com a qual cada plano de trabalho nas florestas da Índia começou (e chegou até 1988!). Talvez a urgência real achava-se na perspectiva colonial para amansar ou “domesticar a floresta” – a fim de tornar a paisagem pagã em algo civilizado. Portanto, entre 1864 e 1947 (quando os britânicos partiram da Índia), as florestas indianas foram disciplinadas, com nítidas fileiras de pinheiros altos e elegantes enchendo as ladeiras dos morros e as monoculturas de sal (*Shorea robusta*) e teca (*Tectona grandis*) substituindo o ruffraff (em hindi “jhar”). De fato, as florestas estavam sendo manejadas cada vez mais como propriedades e aldeias florestais (novas colônias de trabalhadores florestais) estavam sendo criadas dentro das florestas. Posteriormente, quando Dietrich Brandis, o “pai do florestamento indiano”, desenvolveu o sistema “taungya” de plantação, muitas destas aldeias foram conhecidas como “taungyas”. O taungya tornou-se o principal método de plantação não só na Índia mas também em vários países da Ásia e África.

Do ponto de vista ecológico, o taungya trouxe de volta o tão requerido componente do fogo aos sistemas florestais tropical e temperado. Do ponto de vista sociopolítico, deu uma solução temporal ao problema da crescente agitação tribal nas áreas florestais da Índia Britânica. As aldeias taungya tinham uma espécie de espaço de “reabilitação” para os “jhumiyas” (cultivadores de revezamento) onde eles podiam limpar a floresta e

queimar a área para cultivar alimentos. Os cultivadores então tinham que estabelecer plantações nesse local. Durante os primeiros anos do taungya, este trabalho era obrigatório (os cultivadores não recebiam salário). Apesar disso, os taungyas mostraram algumas melhoras nas aldeias florestais pré- taungya. Na Bengala por exemplo, aldeias florestais “permanentes” começaram a aparecer a partir de 1910, onde os colonos assinavam contratos com o Departamento. Estes acordos detalhavam alguns privilégios para os habitantes das aldeias florestais, tais como madeira gratuita e outros implementos para construir alojamentos, lenha e forragem (além da terra cultivável).

Na Índia independente, o departamento florestal continuou com a tarefa de homogeneizar as florestas e a política florestal de 1952 legitimou isto ao dizerem que as florestas seriam manejadas para satisfazer as necessidades “de ordem superior” da nação. Estas necessidades se traduziram em um florestamento comercial agressivo e, segundo estimativas da Comissão de Planejamento da Índia e a Inspeção Florestal da Índia, mais de 17 milhões de hectares de plantações apareceram nos seguintes 38 anos, até que a nova Política Florestal de 1988 determinou uma moratória no desmatamento das florestas naturais. As plantações continuaram depois deste período, porém, no 8º e 9º anos de períodos de planos quinquenais, foram estabelecidas cerca de 16 milhões (!) de hectares de novas plantações. Embora a política de 1988 falasse da integração do sustento e as necessidades de biomassa das comunidades nos futuros planos e estratégias de manejo florestal, os programas de plantações na Índia continuam sendo dirigidos pelas necessidades da indústria e dos consumidores urbanos. Isto se evidencia na escolha das espécies. Conforme uma estimativa da Inspeção de Florestas da Índia de 1999, o departamento florestal criou 15 milhões de hectares de plantações até 1997, as quais incluem enormes áreas de plantações para polpa e madeira (eucalipto e teca respondem por aproximadamente 16% da área total). Aproximadamente 20 milhões de hectares de plantações apareceram em terra agrícola sob programas de florestamento comercial ou social.

Conforme a Avaliação de Recursos Florestais da FAO de 2000, a Índia tem 34 milhões de hectares de plantações e de acordo com as metas planejadas, dá para outros 30 milhões. Isto conformaria, para 2020, uns assombrosos 65-70 (adiciona 4+ milhões entre 2000 e 2005) milhões de plantações, cerca de 36% do total mundial! Como era de esperar, o governo indiano é partidário de uma fórmula PPP (parceria público-privada) do Banco Mundial para cobrir os gastos, o que significa que o Estado participaria de contratos com corporações (ou Instituições Financeiras Internacionais ou similares) em nome de comunidades de usuários mobilizados através do Programa de Manejo Florestal Coletivo. Tais experimentos já têm sido levados a cabo no estado de Andhra Pradesh, onde comunidades inteiras foram expulsas de suas terras (oficialmente, “invadida”). O forte grupo de pressão do papel/ polpa na Índia reclama que as terras florestais “degradadas” sejam oferecidas em arrendamento a empresas para estabelecer plantações “protegidas” e, por enquanto, exigem a “minúscula” quantidade de 1,6 milhões de hectares! Isto está acontecendo apesar das várias recomendações e relatórios das agências de governo que indicam que tais operações podem causar impactos negativos nas comunidades florestais.

Enquanto as plantações crescem e cobrem o país, os trabalhadores indianos de plantações originais, os habitantes das florestas, continuam se sentindo deprimidos em seus guetos, não só privados de todo privilégio mas também de todo direito. Porque atualmente o florestamento é completamente mecanizado e o setor de capital intensivo e

as práticas de manejo florestal no país mostram uma mudança no tão alardeado paradigma em benefício da “conservação da biodiversidade”, fazendo diminuir a importância da mão-de-obra florestal. Para os habitantes da floresta, isto se traduz no desemprego permanente, penúrias econômicas e miséria. Eles não têm acesso aos vários projetos de desenvolvimento ou a empréstimos bancários nem a qualquer direito de propriedade por sobre os donos da terra e das propriedades rurais. Em muitas áreas o Departamento Florestal os ameaça com a expulsão. É quase inaudito o fato de um estado soberano ter declarado *persona non grata* o conjunto inteiro de seus cidadãos e empreender uma guerra contra eles.

O terreno preparado para uma invasão mercantil em grande escala quanto ao comércio de carvão e de serviços de ecossistemas, florestas indianas e comunidades florestais lutam contra a dupla ameaça da produção e proteção florestal.

Por Soumitra Ghosh, endereço eletrônico: soumitrag@gmail.com

- Indonésia: Dilemas do FSC no coração de Bornéu. Sacos de areia ou traição?

Um outro certificado do FSC de uma importante operação madeireira, agora na Indonésia, tem preocupado os observadores das florestas. Perto da cabeceira do rio Mahakam, em Kalimantan Leste, uma de quatro operações madeireiras da companhia registrada de Jakarta PT Sumalindo Lestari Jaya tem obtido um certificado do FSC pela SmartWood, a divisão de certificação florestal da Rainforest Alliance, sediada em Nova York (bem como um certificado complementar emitido de acordo com o Protocolo de Certificação Conjunta pelo órgão de certificação indonésio, PT Mutuagung Lestari, de acordo com o esquema de certificação nacional Lembaga Ekolabel Indonésia).

A Sumalindo Lestari Jaya (SLJ) é uma grande corporação com quatro concessões madeireiras ativas, áreas adicionais de plantações madeireiras, uma fábrica de madeira compensada e uma instalação que produz placas de fibra de madeira de média densidade (MDF). A companhia é 75% propriedade da PT Sumber Graha Sejahtera, que faz parte de um importante conglomerado de fabricação de madeira compensada, o Grupo Hasko. O remanescente 25% da SLJ é dividido pela PT Barito Pacific, outra importante companhia madeireira, e o público em geral.

O fato de que o certificado da SLJ II seja percebido como boas notícias para as florestas de Bornéu ou não, depende em parte de nossa visão do que é possível e quais achamos que são as principais ameaças para a região. Bornéu já tem experimentado vasto desmatamento através da atividade madeireira deficientemente regulada e claramente ilegal, e a derruba para agricultura, plantações madeireiras e cultivo de dendezeiros. Mais da metade das áreas que já têm sido cortadas são agora terras ‘abandonadas’, apesar de que grande parte dessas áreas ainda estão sujeitas a reclamações das comunidades. As grandes porções de floresta remanescente em Bornéu estão agora principalmente nas regiões altas mais afastadas, nas cabeceiras. Apesar de que a maioria dessas áreas tem sido alocadas a madeireiros há tempo, até agora têm sido apenas levemente exploradas por causa dos custos proibitivos de acesso e transporte e a disponibilidade de áreas mais acessíveis e lucrativas rio abaixo.

As principais agências de conservação internacionais, que atuam na Indonésia estão tentando salvar ‘o coração de Bornéu’, estabelecendo como um mosaico de florestas protegidas, parques nacionais e grandes concessões florestais sob ‘manejo florestal sustentável’ enquanto mantém o mínimo de corte para uso comunitário e industrial.

A ameaça de corte massivo de florestas nas cabeceiras não é imaginária. Na realidade, em julho de 2005, o Presidente indonésio anunciou planos para estabelecer a maior plantação de dendezeiros do mundo na área. De acordo com o anúncio, aproximadamente 1,8 milhões de hectares de florestas, ao longo da fronteira entre Sarawak (Malásia) e Kalimantan (Bornéu indonésio) vão converter-se para plantações de dendezeiros financiadas pelo Banco Internacional de Desenvolvimento da China. A concessão SLJ II está sobreposta a esse planejado corredor de dendezeiros. O governo local no distrito de Malinau também tem planos para transformar grandes porções de florestas da área para a plantação de dendezeiros. As organizações de conservação como o WWF, que tem denunciado fortemente os planos de plantação de dendezeiros, e The Nature Conservancy (TNC) preferem incentivar as companhias para que invistam em atividade madeireira no longo prazo nessas florestas em vez de vê-las permanentemente cortadas. A questão é quão verossímeis são esses planos para que as grandes corporações levem a cabo atividade madeireira sustentável? É possível proteger ‘com sacos de areia’ as florestas da fronteira contra a crescente maré da derruba de florestas, certificando operações madeireiras, ou isso vai apenas incentivar o maior saqueio no interior, primeiramente pelos madeireiros e depois por outras pessoas?

A busca da sustentabilidade:

A atividade madeireira em escala industrial em ilhas exteriores da Indonésia continuou em grande escala na década de 70 e desde a época tem contribuído com o esgotamento massivo das florestas dos países. A excessiva colheita, o mau manejo das florestas, a falta de replantação ou regeneração natural manejada, e claramente as operações ilegais e o corte rente têm sido comuns. A produção de madeira tem aumentado de cinco a seis vezes o corte anual permitido, guiado pela super-capacidade massiva em pasta, lascas de madeira e serrarias, enquanto a exportação de troncos brutos ilegais continua. A combinação da atividade florestal mal regulada, caminhos madeireiros, migração promovida pelo governo e conversão para plantações e cultivo de árvores têm aumentado as taxas de desmatamento para 1,5 milhões ou até 3 milhões de hectares ao ano, apesar de que os números exatos são controvertíveis.

Nos últimos anos a Indonésia tem experimentado uma mudança geral para uma maior atividade madeireira ilegal e operações em menor escala. O foro ambiental nacional, WALHI (Amigos da Terra-Indonésia) tem pedido uma moratória sobre toda atividade madeireira em grande escala e a promoção de operações comunitárias certificadas em seu lugar. No entanto, as maiores ONGs de conservação têm estado trabalhando com uma pequena porção das maiores companhias madeireiras como a SLJ e estão tentando ir contra a tendência geral para a ilegalidade, fornecendo ajuda para que consigam a certificação.

Por vários anos, a SLJ tem estado procurando melhorar seus padrões de manejo florestal para satisfazer a demanda de madeira certificada do mercado dos EUA, principalmente da The Home Depot, com ênfase na maior de suas quatro concessões, a chamada concessão SLJ II, que começou sua atividade madeireira em 1991. A concessão de

270.000 hectares está atualmente sendo cortada desde seu extremo sul, perto do rio Mahakam no distrito de Kutai Oeste, e desde o tanque para troncos perto da comunidade de Long Bagun, mas a maioria da concessão se estende nas cabeceiras do rio Kayan no distrito de Malinau, chegando quase à fronteira com a Malásia. Enquanto sua atividade madeireira avança, a SLJ planeja estender sua rede de caminhos madeireiros em direção norte por cima do manancial na parte principal de sua concessão em Malinau.

Na concessão SLJ II, a Sumalindo tem estado utilizando técnicas de inventário de madeira de alta tecnologia, zoneando sua concessão para Florestas de Alto Valor de Conservação e aplicando atividade madeireira de impacto reduzido, como parte de um esforço coordenado pela TNC e a WWF-Indonésia chamado Alliance to Promote Forest Certification and Combat Illegal Logging in Indonesia (Aliança para Promover a Certificação Florestal e Combater a Atividade Madeireira Ilegal na Indonésia), financiado principalmente pela USAID e a The Home Depot. O sistema também foi desenhado para complementar um programa existente de colaboração entre a TNC e corporações madeireiras em grande escala, destinado a promover a atividade florestal responsável, desenvolvendo incentivos de mercado para utilizar boas práticas.

Como as fábricas de processamento de madeira compensada e MDF da SLJ em Samarinda utilizam madeira de várias concessões, desenvolver uma técnica que possa distinguir entre as madeiras da concessão SLJ II e outras madeiras é crucial para o sucesso desse esforço de manejo sustentável e de comercialização. Com esse fim a TNC e a SLJ, com assessoramento técnico da SGS e da URS têm estado experimentando com códigos de barras para facilitar o rastreamento da madeira. A idéia é que os códigos de barras possam ser grampeados nos troncos quando as madeiras são cortadas, rastreados por aparelhos leitores de códigos ao longo de toda a 'cadeia de custódia' e aplicados a produtos feitos apenas com essas madeiras nas fábricas de processamento e desse jeito permitir que as madeiras sejam rastreadas com segurança desde os tocos até o ponto de importação nos EUA.

Em janeiro de 2005, observadores florestais locais em Kalimantan denominados o 'East Kalimantan Working Group on Forests' - EKWGF (Grupo de Trabalho de Florestas de Kalimantan Leste) (Pokja Hutan Kaltim), que estão vinculados com comunidades locais nas cabeceiras do Mahakam, alegaram que madeiras de fora da concessão SLJ II estavam sendo lavadas no tanque de troncos e que códigos de barras estavam sendo grampeados impropriamente. Apesar de que em seu relatório de auditoria a SmartWood aponta como analisou cuidadosamente essas preocupações e se assegurou que os procedimentos de rastreamento de madeira estão sendo agora adequadamente aplicados, o EKWGF afirma que a mistura de madeira ainda está acontecendo.

Preocupações comunitárias:

A concorrência entre madeireiros e plantadores para o controle das terras de florestas de Kalimantan tem acontecido com relativamente pouco respeito pelos direitos e prioridades dos povos indígenas que são os legítimos proprietários dessas florestas. No entanto, toda a concessão SLJ II está nos territórios tradicionais de indígenas borneanos, agora denominados comumente Dayaks. Aqueles do sul da concessão que agora residem perto de Long Bagun costumavam ser denominados Long Glats, enquanto no norte os povos são Kenyah e Punan, que têm estado vivendo nessas florestas das

cabeceiras desde os registros históricos mais antigos, mas que aparentemente se assentaram em seus atuais cinco povoados, acessíveis hoje apenas por viagens de canoa de uma semana ou por aviões missionários, entre a década de 50 e o ano de 2002.

Os Princípios e Critérios do FSC exigem que as operações florestais sejam legais, e que reconheçam e respeitem os direitos legais e consuetudinários dos povos indígenas e que apenas se prossiga com seu consentimento livre e informado. Uma análise detalhada da auditoria da SmartWood da concessão SLJ II mostra que a companhia ainda deve percorrer um longo caminho antes de que possa dizer-se que satisfaz essas condições totalmente.

Como na maioria das operações madeireiras na Indonésia, os limites das ‘Áreas de Florestas do Estado’ nas que a concessão SLJ II tem sido outorgada ainda não têm sido sujeitas a levantamento, acordo e legalização. Isso é importante, já que o processo de demarcação de limites é a principal forma na que o governo controla que as concessões florestais propostas não se sobreponham com as terras das comunidades. No caso da concessão SLJ II, apenas uma pequena porção do limite já tem sido legalizada, fazendo com que a concessão seja tecnicamente ilegal. No entanto, a SmartWood tem decidido que a companhia tem feito seus maiores esforços para persuadir o governo para que regularize esses limites e tem outorgado o certificado sob a condição de que a companhia continue realizando seus melhores esforços para que isso seja resolvido.

Igualmente, em vez de esperar que a SLJ II cumpra com outros requisitos do FSC, os auditores decidiram outorgar à companhia sua concessão, contanto que, dentro dos seis meses ou dois anos seguintes, se realizem acordos com as comunidades - incluindo a finalização de mapas dos territórios comunitários, a determinação de áreas de posse comunitária e negociando acordo sobre emprego e compensação para o uso de conhecimento tradicional e ajustando métodos de resolução de conflitos. Tudo isso parece feito às avessas.

Efetivamente, o certificado do FSC está sendo outorgado à Sumalindo por sua operação da concessão SLJ II, não tanto porque a operação cumpra com os padrões do FSC, mas para incentivar a companhia para que gradativamente se coloque à altura das exigências. Parece que a ‘certificação passo a passo’ está sendo introduzida pela porta dos fundos.

Algumas pessoas podem alegar que sob as atuais circunstâncias, tudo isso não é incorreto. A maior ameaça para as florestas no ‘coração de Bornéu’ agora provém de planos para derrubar as florestas para propriedades de plantação de dendezeiros, e em comparação com elas, as operações madeireiras podem parecer uma melhor escolha para o uso da terra. Mas não deveria a decisão de renunciar aos requisitos de legalidade, por exemplo à legalização, ser realizada em nível de política em vez de ser imposta por certificadores que atuam isoladamente? E como podem os povos indígenas negociar desde uma posição firme com a companhia se os auditores já têm mostrado que são relutantes a insistir no cumprimento total com as proteções dos direitos comunitários se isso demorar a certificação?

É uma pena que esses assuntos não foram francamente discutidos através do debate com a sociedade civil, ou membros do FSC e LEI antes de que o certificado fosse outorgado. Agora é quase inevitável que o novo certificado se transforme no centro de uma disputa demorada entre diferentes ONGs, os auditores e o FSC.

Por: Marcus Colchester, Forest Peoples Programme, marcus@forestpeoples.org

Por informação detalhada da auditoria ver: SmartWood, 5 de janeiro de 2006, Resumo Público de Manejo Florestal para a PT Sumalindo Lestari Jaya II. <http://www.rainforest-alliance.org/programs/forestry/smartwood/public-summary-reports.html#indonesia>

- Malásia: condições das trabalhadoras das plantações de dendê

Na Malásia, as trabalhadoras das plantações foram desconsideradas nos planos do governo para a erradicação da pobreza e melhora da situação da mulher. Os avanços atingidos até hoje no empoderamento da mulher têm sido desiguais. As trabalhadoras das plantações são deixadas para trás, já que não podem sair do círculo vicioso de pobreza que vivenciam.

A indústria das plantações tem um papel fundamental no desenvolvimento do país. A Malásia é líder mundial na produção de dendê e de borracha natural sendo sua cultura uma importante atividade agrícola do país. Além dos minifundistas (cujo sustento depende destas matérias primas), existem também trabalhadores assalariados empregados pelas empresas das plantações. Estima-se que em 2005 trabalhavam 1.268.500 pessoas no setor da agricultura e da pesca, abrangendo os trabalhadores das plantações, os agrícolas e os florestais. Grandes porções da população envolvidas nos setores da agricultura e das plantações são pobres.

Nos últimos anos, a Associação de Consumidores de Penang (CAP, sigla em inglês) tem trabalhado com os operários das plantações de dendê e borracha na península. Estamos voltados para os assuntos de saúde e segurança no trabalho, a luta por melhores salários, as necessidades básicas como a moradia, a saúde e o sistema de esgoto, e outros problemas sociais tais como a violência doméstica e o abuso do álcool. Na área da saúde e segurança ocupacionais, a principal preocupação tem sido o uso de herbicidas altamente perigosos como o parquat- que foi proibido recentemente na Malásia.

Atualmente, as mulheres compõem cerca da metade da mão-de-obra das plantações onde são espargidos diversos herbicidas como parte integral do seu trabalho. O motivo por que as empresas das plantações empregam mulheres para espargirem os herbicidas é que há muitas mulheres disponíveis porque não podem encontrar outros trabalhos. Também são consideradas trabalhadoras tímidas, dóceis e obedientes, já que não questionam a forma de dirigir dos superiores e são fáceis de manipular.

A maioria das mulheres das plantações nasceu e foi criada aí, do mesmo modo que seus pais e avós. O contexto da plantação é pouco propício para atingirem uma boa educação ou terem acesso à capacitação fundamental exigida pelos setores mais especializados da economia. Os estudos revelam que as mulheres das famílias pobres e rurais têm um menor grau de educação. Esta situação, além da pobreza existente, coloca as mulheres das plantações em uma posição bem vulnerável.

A falta de educação, a idade e a exclusão social reduzem as oportunidades das mulheres e limitam suas possibilidades de conseguir empregos no setor industrial e de serviços.

Como a maioria das companhias fornecem moradia a seus trabalhadores, este é outro incentivo para as mulheres continuarem morando nas plantações.

Em 2004, a CAP realizou um estudo em 11 plantações de dendê localizadas nos estados do norte da Malásia. O estudo focalizou nas mulheres que borrifam os herbicidas, em suas condições de trabalho e no conseqüente impacto sobre a sua saúde. O trabalho em uma plantação de dendê é esgotador e perigoso. As mulheres que espargem os herbicidas devem carregar barris de 18 litros de herbicida e completar de 14 a 16 rodadas de aplicação de herbicidas ao dia. Em algumas plantações, são usados tratores para borrifar os herbicidas e os barris do produto são colocados nos dois lados do trator. Duas mulheres levam as bombas e borrifam à medida que o trator avança.

Nos dois casos, as mulheres que borrifam ficam imersas em uma fina névoa de herbicida. Rara vez são aplicadas as medidas de segurança recomendadas. O uso de máscaras, luvas e botas protetoras é freqüentemente impraticável devido ao tórrido e úmido clima tropical. A falta de consciência generalizada sobre os perigos dos herbicidas, a inalação e a absorção através da pele são as causas principais de envenenamento entre as mulheres que realizam este trabalho.

Quem dirige as plantações é quem decide quais praguicidas ou herbicidas devem ser usados, bem como a freqüência de aplicação. A maioria das trabalhadoras entrevistadas nem sequer sabia quais herbicidas usavam, e outras apenas os identificavam pelo cheiro ou pela cor. As mulheres cumpriam as instruções de seus supervisores relativas às proporções e à mistura dos herbicidas. A maioria das mulheres nem sequer sabia sobre a toxicidade dos químicos e os perigos aos que estavam expostas.

A única proteção que usam são botas de segurança e ocasionalmente um lenço ou uma toalha para cobrirem a boca e o nariz. As mulheres reclamam porque a administração mostra pouca disposição para substituir o equipamento protetor pessoal e ainda exigem que mostrem o equipamento danificado. Mesmo assim, apenas substituem o equipamento periodicamente. A maioria das mulheres deve adquirir suas próprias botas de segurança já que não conseguem que os donos troquem as botas estragadas. Outras nem sequer podem trocar suas botas porque não têm recursos para fazê-lo.

As mulheres trabalham seis dias por semana com revezamento, e recebem salários de serviço doméstico em troca de seu trabalho. Para receber o salário da semana, com freqüência têm que trabalhar longas horas sob o sol. E ainda, o receio por perder o emprego faz que elas aturem condições ingratas, como comentários ofensivos e pressões indevidas, e às vezes, são submetidas a assédio sexual.

As trabalhadoras recebem um salário entre MYR (Ringgit da Malásia)15 e MYR 18 (USD 3.95 e USD 4.75) ao dia. Cada mulher que espargue herbicidas recebe entre MYR 350 e 450 (USD 92 e 118) ao mês. Algumas empresas de plantações oferecem MYR 2 (aproximadamente USD 0,50) adicionais ao dia às mulheres que borrifam os herbicidas. Isto indica claramente o perigo da aspersão de herbicidas comparada com outras tarefas. Em algumas plantações, são descontadas dos salários as contas de eletricidade e água.

O estudo concluiu que, com freqüência, estas mulheres não têm uma boa saúde. Sofrem males agudos e crônicos decorrentes de seu trabalho. A maioria das plantações contam

com instalações médicas para seus trabalhadores, mesmo que na maioria das vezes estas instalações sejam insuficientes e ineficazes. Se as mulheres sofrem doenças graves que o paramédico da plantação não pode tratar, devem visitar um médico na cidade mais próxima. A saúde ruim atinge diretamente a produtividade, e por isso muitas doenças não são declaradas.

Outra revelação inquietante é que, devido a não terem equipamento protetor, as trabalhadoras que são empregadas sob contrato trabalham em condições piores, devem manusear herbicidas mais potentes e prejudiciais e carecem de cobertura médica.

Por que as mulheres ficam nas plantações apesar da pobreza que vivenciam e da exposição aos venenos? Na década de 1980, muitas plantações substituíram árvores de borracha por dendê porque eram mais lucrativas. Em consequência, as trabalhadoras das plantações que eram experimentadas em extrair borracha perderam sua fonte de sustento. Algumas mulheres tinham extraído borracha durante toda sua vida, e ficaram em uma situação trabalhista difícil. Para não serem expulsas da plantação, não tiveram outra opção a não ser aceitar qualquer emprego que lhes fosse oferecido pela gerência. Portanto, se transformaram em mulheres que borrifam herbicidas, embora não fosse sua opção de trabalho.

À medida que os preços do dendê subam nos próximos anos, cabe esperar que a produção malaia também aumente, já que é uma das principais culturas do país. Esta situação intensificará a participação das mulheres neste setor. As mulheres terão cada vez mais dificuldades para fugir do círculo vicioso da pobreza e sua saúde, cada vez mais atingida, será o preço que deverão pagar.

É difícil sair de uma situação de pobreza. A educação é um dos meios pelos quais as famílias das plantações podem fugir dela. Por isso, é necessário realizar intervenções políticas e programáticas para assistir e motivar os filhos dos trabalhadores das plantações a fim de continuarem com sua educação.

Exertos de: “Pobreza y veneno para las trabajadoras en plantaciones”, por Mageswari Sangaralingam, Consumers’ Association of Penang ,
<http://www.socialwatch.org/es/informesNacionales/406.html>

OCEANIA

- Aotearoa/Nova Zelândia: nem absolutamente nem positivamente florestas

O Instituto Florestal da Nova Zelândia está organizando sua conferência de 2006 sob o título de “absolutamente e positivamente florestas”. Apesar de que o título está aberto para discussão sobre seu verdadeiro -e provavelmente muito profundo- significado, consideramos que poderia significar que a reunião vai: 1) estar absolutamente e positivamente focalizada nas florestas ou 2) tentar convencer todo mundo que as plantações do pinus Radiata são absolutamente e positivamente florestas.

Lamentavelmente a segunda opção parece ser verdade. Como sempre, a indústria florestal e seus promotores tentam confundir o público desinformado misturando florestas e plantações. Por exemplo, o folheto emitido pelos organizadores explica que

as “florestas providenciam conservação do solo e da água, biodiversidade e hábitat para a fauna e flora silvestres” o que é, logicamente e absolutamente verdadeiro. Mas depois continua dizendo que as florestas também produzem outros serviços e bens entre os que estão a “madeira e o papel”.

No entanto, a verdade é que as florestas da Nova Zelândia não são muito usadas para obter madeira e de nenhum jeito para a produção de papel. A maioria da madeira e toda a pasta de papel provém dos 1,8 milhões de hectares de plantações -a maioria de pinus Radiata exótico- que têm ocupado o lugar das florestas nativas. Os organizadores estão portanto incluindo essas plantações como florestas, escondendo portanto que elas não apenas não conservam os solos, a água, a biodiversidade nem o hábitat da flora e fauna silvestres, mas que elas têm um impacto negativo sobre eles.

Nesse contexto é importante tomar conhecimento do grau de desmatamento na Nova Zelândia. O país abrange aproximadamente 27 milhões de hectares de terra e -de acordo com as fontes oficial- “estima-se que em épocas pre-polinésias, 78 por cento da área total (21 milhões de hectares) estava sob cobertura florestal”. Com certeza seria mais honesto -e menos racista- dizer a percentagem que estava ainda sob cobertura florestal “na época pré-européia”. Apesar de que as estimativas variam, a média é 65% de cobertura florestal quando chegaram os europeus, uma perda de 13% em aproximadamente 800 a mil anos de ocupação pelos maoris. Comparando isso com a atual situação, onde apenas 23,5% da massa total de terras está atualmente coberta por florestas (e menos da metade dessa percentagem é verdadeiramente área florestas primárias), começamos a obter uma idéia da natureza agressiva do desmatamento desse país. Que a maioria desse desmatamento tenha ocorrido dentro de 100 anos de colonização européia fornece um contraste interessante.

Em todo o caso, a atual situação é que apenas 23,5% da área de terras é ainda de florestas indígenas, enquanto 51% da área são terras de pastagem e aráveis e 7,7% plantações de monoculturas de árvores (as chamadas “florestas de produção plantadas”).

O que antecede implicaria a necessidade urgente de uma conferência florestal focalizada na reabilitação das florestas nativas e não na maior expansão das monoculturas de árvores exóticas. No entanto, esse não é o caso na conferência de 2006. Examinando o programa, os participantes convidados e os assuntos a serem debatidos, resulta claro que a maior parte do debate estará focalizada nas plantações e não nas florestas.

Logicamente, isso faz sentido para os interesses industriais que estão planejando aumentar a área de plantações para 2,5 milhões de hectares para o ano 2010, no que 9,5% da massa total de terras poderia estar sob plantações de árvores exóticas. A conferência vai fornecer-lhes a necessária boa imagem -e o apoio “científico”- para continuar com seus planos.

Para piorar a situação, a indústria das plantações também tem conseguido influenciar os estudantes florestais jovens, e tem feito com que eles acreditem que as plantações são florestas. Por exemplo, algumas das apresentações no “fórum para estudantes e recentemente formados” organizadas como parte da conferência são “Valores ambientais e sociais das florestas plantadas na Nova Zelândia”, “Algumas bases fisiológicas para explicar a influência da nutrição e do genótipo sobre o crescimento do

Pinus radiata D. Don”, “Os requerimentos ecológicos do falcão da Nova Zelândia nas florestas plantadas” e “Manejo das florestas plantadas para a biodiversidade”.

Isso tudo é muito triste.

No entanto, há sempre esperanças de que durante a conferência alguém -um estudante, um silvicultor, um ambientalista, um maori, uma mulher ou um homem- se levante e diga para essas pessoas o que é bastante óbvio: que as plantações de pinus Radiata NÃO são nem absolutamente nem positivamente florestas!

Por Sandy Gauntlett, Pacific Indigenous Peoples Environment Coalition, Aotearoa/New Zealand, e-mail: sandygauntlett@hotmail.com

* CELULOSE S.A.

- O poder corporativo da indústria da celulose e do papel

No presente mês o WRM esta lançando uma nova seção ocasional do boletim. “CELULOSE S.A.”. A série vai consistir em perfis de companhias envolvidas na indústria da celulose e do papel.

Com o fim de realizar campanhas efetivas sobre a indústria (e com certeza antes de que as ONGs comecem a falar sobre a colaboração ou cooperação com as companhias), precisamos analisar cuidadosamente a forma na que a indústria está estruturada e a natureza das companhias envolvidas na indústria: o que são e o que não são.

As corporações estão virando crescentemente poderosas. Isso é verdade para todas as corporações, não apenas para as envolvidas na produção de celulose e papel. Mas a indústria da celulose e do papel fornece um exemplo de como as corporações estão tentando exercer seu poder sobre os governos.

No Uruguai, por exemplo, o governo é incapaz de ordenar à finlandesa Metsa Botnia que detenha a construção de sua fábrica de pasta em Fray Bentos, por causa de um acordo que o governo uruguaio assinou com o governo da Finlândia: “Acordo com o governo da Finlândia com relação à promoção e proteção do investimento”. Com efeito, esse é um acordo com a Botnia. Consoante esse acordo, garante-se à Botnia o constante apoio do governo uruguaio. O acordo ainda obriga o governo a pagar uma compensação à Botnia por quaisquer perdas causadas, entre outras coisas, por manifestações.

“O conflito mais importante do século XXI será a luta entre as corporações e a democracia” escreve George Monbiot no prefácio de um livro sobre a influência corporativa na Europa. “Enquanto as companhias constroem os governos nacionais e instituições nacionais, as pessoas comuns descobrirão que, a menos que estejam preparadas para confrontar as grandes empresas, seus direitos democráticos residuais vão desaparecer.”

"A arma fundamental nessa luta será a informação: os que mais sabem vencerão" diz Monbiot. “Nosso poder reside em nossa habilidade para expor as maquinações dos

inimigos corporativos da sociedade, para constranger os governos que se renderam a elas, e para usar nosso conhecimento com o fim de promover campanhas incisivas e informadas contra as próprias companhias e, o que é mais importante, as falhas institucionais que as autorizaram para dominá-los."

O objetivo da presente série é fornecer uma idéia sobre a forma na que as corporações da celulose e do papel trabalham, e ajudar a explicar como e por que essas companhias estão sempre em conflito com as comunidades locais.

A série "CELULOSE S.A." começa com um perfil da Mondi. A WRM agradeceria receber contribuições de perfis de outras companhias de celulose e papel.

África do Sul: A Mondi e o Racismo Ambiental

A Mondi foi fundada durante o regime do apartheid em 1967, pela Anglo American, uma das maiores companhias mineradoras do mundo. A Mondi opera agora em 46 países. Com vendas em 2004 de USD 6,9 bilhões, a Mondi é a décimo terceira maior companhia de celulose e papel no mundo. A companhia é uma subsidiária integral da Anglo American, baseada no Reino Unido, apesar de que recentemente a Anglo American anunciou que planeja cotar ações da Mondi na Bolsa de Valores de Londres antes do final de 2007.

A expansão internacional da Mondi começou no início da década de 90. A Mondi se tem expandido através da compra de companhias, principalmente na Europa. Para o ano 2001, apenas um terço das receitas da Mondi eram geradas na África do Sul. Durante os últimos seis anos, a Mondi tem triplicado seu volume de negócios.

Depois de uma reestruturação corporativa em finais de 2004, as operações da Mondi são geridas por duas companhias: a Mondi Business Paper e a Mondi Packaging.

A Mondi Business Paper emprega 17.000 pessoas e incorpora à companhia de papel austríaca Neusiedler e à Mondi South Africa. As 16 máquinas de papel da companhia possuem uma capacidade total de 2 milhões de toneladas ao ano. A Mondi Business Paper possui operações com pasta na Áustria, na Rússia, na Eslováquia, e na África do Sul e operações florestais na Rússia, na África do Sul e na Suazilândia. A companhia maneja aproximadamente 400.000 hectares de plantações na África do Sul e na Suazilândia.

A Mondi Packaging emprega aproximadamente 16.000 pessoas e possui aproximadamente 120 usinas de produção na Europa e 18 nas Américas, na Ásia e na África. A companhia é o resultado de uma fusão do grupo industrial austríaco de embalagens Frastschach (que já era totalmente detido pela Anglo American) e pelo grupo Mondi Packaging, já existente.

Apesar de gerar lucros para a Mondi, às vezes a expansão da companhia tem sido má notícia para os trabalhadores. Em 1996 a Mondi comprou ações na Swiecie, a maior fábrica de celulose, papel e embalagens na Polônia. Sob a Mondi, a produção anual tem aumentado de 450.000 toneladas anuais para 737.000 toneladas anuais, enquanto os lucros aumentaram de R25 milhões em 1996 para R 65 milhões em 2002. Enquanto isso, o número de empregados caiu de 3.300 para 1.500 pessoas.

Na África do Sul, a Mondi tem terceirizado grande parte de sua força de trabalho. Isso tem tido sérias implicações para os trabalhadores. “Os rendimentos são inseguros e inadequados, não há redes de segurança financeira sob a forma de seguros de saúde ou pensões e os trabalhadores estão expostos ao risco de dano permanente que poderia afetar ainda mais sua capacidade de assegurar-se um meio de vida no futuro” apontam os pesquisadores Jeanette Clarke e Moenieba Isaacs em um relatório recente que documenta os problemas para os trabalhadores florestais. O relatório, que foi realizado como um projeto com o Instituto Internacional para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (IIED) conclui que os trabalhos florestais contratados não vão tirar os trabalhadores, principalmente mulheres, da pobreza, nem sequer vão evitar que sejam ainda mais pobres.

As plantações da Mondi na África do Sul e na Suazilândia estão certificadas pelo Conselho de Manejo Florestal como bem manejadas. Em setembro de 2000, o WWF anunciou que a “Mondi se tem comprometido com o manejo florestal responsável, por exemplo melhorando a qualidade da conservação da biodiversidade em toda sua enorme propriedade florestal”. A Mondi também financia um projeto de conservação de zonas úmidas chamado *Mondi Wetlands Project* (Projeto de Zonas Úmidas da Mondi). O projeto é gerido pelas duas maiores organizações de conservação da África do Sul, a WWF South Africa e a Wildlife and Environment Society da África do Sul.

Em novembro de 2005, a ONG sul-africana TimberWatch organizou uma reunião com as comunidades locais e ONGs de Mtubatuba, província de KwaZulu-Natal. Quando lhes foi perguntado se há benefícios para as comunidades decorrentes das plantações, nenhum dos representantes comunitários presentes lembrou qualquer benefício. “Desde que as plantações apareceram, poucas pessoas estão empregadas. As granjas tem sido destruídas. O impacto das plantações de árvores tem sido muito negativo” disse um aldeão. “As plantações têm causado fome, não benefícios”, acrescentou um outro aldeão.

Os aldeões prepararam uma lista de problemas causados pelas plantações de árvores com fins industriais, incluindo uma redução na disponibilidade de água, uma redução nas terras para pastagem e terras aráveis, uma redução na floresta natural, árvores frutíferas e ervas medicinais, solos afetados e o fato de que as plantações fornecem um local para que os criminosos se escondam.

Uma mulher explicou que até pessoas que têm trabalhado 20 anos para as companhias de plantação não têm obtido benefícios. “Elas não podem mostrar coisas boas e bens que tenham obtido com seus salários, não há nada” disse ela. “Deveríamos eliminar essas plantações.”

Sob o regime racista do apartheid da África do Sul, as pessoas negras perderam todos seus direitos, incluindo os direitos à terra. “No passado, as plantações madeireiras têm expulsado milhares de pessoas de suas terras, e isso continua acontecendo no presente,” explica Wally Menne da TimberWatch. A Mondi expandiu suas plantações na década de 80, comprando centenas de granjas, para transformar-se em um dos maiores terratenentes da África do Sul. Os proprietários de granjas brancos pegaram o dinheiro e foram embora. Os trabalhadores rurais negros não receberam nada e perderam o pouco que tinham.

A fábrica de papel da Mondi em Merebank em Durban Sul é um exemplo clássico de racismo ambiental. Durante o regime do apartheid, os negros e sul-asiáticos foram reassentados pela força em Durban Sul para providenciar mão de obra barata para as indústrias do petróleo, do papel e química. A poluição química tóxica dessas indústrias significa que Durban Sul é um dos piores exemplos de poluição industrial do mundo. Um de cada quatro residentes de Durban Sul sofre de asma.

Eu visitei Durban Sul em outubro de 2005 e fiz uma “visita tóxica” organizada pela SDCEA. No dia que eu estive aí, o céu estava azul e claro e um forte vento soprava do mar, mas a fábrica de papel da Mondi ainda fedia. De acordo com a *South Durban Community Environmental Alliance* - SDCEA (Aliança Ambiental Comunitária de Durban Sul), a Mondi é o terceiro maior poluidor da área, depois de duas refinarias de petróleo. Em 2003, o presidente da SDCEA, Desmond D’Sa, viajou a Londres para comunicar as preocupações da comunidade na Assembléia Geral Anual da Anglo American.

Por muitos anos, a comunidade local tem estado contra os planos da Mondi de construir um incinerador em sua fábrica de Merebank. Rajah Naidoo, presidente da Associação de Residentes de Merebank disse para o Sunday Times sul-africano, que o incinerador causaria mais poluição na área e poderia aumentar a alta incidência de asma e câncer em Durban Sul.

Durante uma visita de Durban Sul em 2003, Zodumo Mbuli, porta-voz do vice-ministro do meio ambiente, disse para a Associação da Imprensa Sul-africana, “Sinto dor em meu nariz por inalar o ar aqui. Não posso acreditar que as pessoas possam viver aqui desse jeito. O ar não é normal.”

Por Chris Lang [chrislang@t-online.de]. Uma versão do presente perfil foi publicada pela primeira vez em "Alternativer Waldschadenbericht", por urgewald, ARA, Forum Umwelt und Entwicklung, janeiro de 2006 (em alemão):
https://www.urgewald.de/_media/_docs/Studie_13_Web.pdf.

* ÁRVORES GENETICAMENTE MODIFICADAS

- Convenção das Nações Unidas sobre Diversidade Biológica: decisão importante sobre as árvores geneticamente modificadas

A Oitava Conferência das Partes (COP-8) da Convenção das Nações Unidas sobre Diversidade Biológica (CBD, por sua sigla em inglês) finalizou em 31 de março com duas importantes decisões relacionadas: a confirmação da moratória sobre o uso da chamada “tecnologia terminator” (tecnologia de genes exterminadores) e a recomendação que os países ajam com cautela ao abordarem o uso potencial de árvores geneticamente modificadas. As problemáticas se relacionaram durante as deliberações da extensão da moratória sobre o uso da perigosa “tecnologia terminator”, a engenharia genética de plantas para produzir sementes estéreis que não possam ser replantadas. A conexão veio à tona quando a indústria argumentou que necessitava essa tecnologia para

ter a capacidade de contornar os problemas da poluição ao comercializar árvores geneticamente modificadas.

Como resultado do vínculo entre estas problemáticas, a Ban Terminator Campaign (a campanha para proibir a tecnologia terminator) e a STOP GE Trees Campaign (a campanha para impedir as árvores geneticamente modificadas) trabalharam em conjunto para detalhar os perigos inerentes de ambas tecnologias e explicar por que elas devem ser proibidas totalmente

A COP-8 decidiu apoiar a moratória da Tecnologia Terminator durante a primeira semana de reuniões, embora alguns países como o Canadá e a Nova Zelândia tentassem sem sucesso acabar com este acordo em posteriores oportunidades. A decisão sobre a problemática das árvores geneticamente modificadas foi atingida na última noite da conferência. Esta decisão histórica, que reconhece pela primeira vez os prejuízos potenciais (tanto sociais quanto ecológicos) das árvores geneticamente modificadas e que insta os países a agir com prudência ao abordar essa tecnologia, ajudará a desacelerar a pressa para comercializar as árvores geneticamente modificadas

A decisão declara em parte: “A Conferência das Partes, *reconhecendo* as incertezas relacionadas com os potenciais impactos ecológicos e socio-econômicos, incluindo os impactos no longo prazo e indiretos, das árvores geneticamente modificadas na diversidade biológica das florestas em nível mundial, e também nos meios de vida de comunidades locais e indígenas e, dada a falta de dados confiáveis e da capacidade em alguns países para levar a cabo cálculos de riscos para avaliar esses impactos potenciais... *recomenda* aos países membro serem cautelosos ao abordarem a problemática das árvores geneticamente modificadas.” A decisão também exigia iniciar uma compilação de dados em nível mundial sobre as conseqüências da liberação de árvores geneticamente modificadas, em um processo que inclui a participação de organizações relevantes, entre elas as comunidades indígenas e locais.

O fato de a CBD ter conseguido adotar uma postura tão firme contra as árvores geneticamente modificadas na primeira ocasião que essa problemática foi apresentada, apesar das pressões atrás dos bastidores dos Estados Unidos e do setor industrial, mostra a grande preocupação sobre a singular ameaça apresentada pelas árvores geneticamente modificadas. Ricardo Carrere, do WRM (Movimento Mundial pelas Florestas Tropicais) resume as preocupações sobre as árvores geneticamente modificadas. “As árvores geneticamente modificadas constituem uma das ameaças mais perigosas contra as florestas, as quais abrigam a maioria da biodiversidade da Terra. A liberação das árvores transgênicas vai poluir, de forma inevitável e irreversível, os ecossistemas florestais e destruirá a biodiversidade”

Durante a primeira rodada de conversas do Grupo de Trabalho de Diversidade Biológica Florestal da COP-8, onde a problemática das árvores geneticamente modificadas ia ser tratado, dez países exigiram deter a liberação das árvores geneticamente modificadas, começando pelo Irã, seguido pela Gana, o Malawi, o Equador, as Filipinas, o Senegal, a Noruega, Madagáscar, o Egito e a Ruanda. A eles se juntou o Fórum Indígena Internacional sobre Biodiversidade, a Greenpeace, o Caucus das Mulheres e a Federação de Cientistas Alemães. Em ulteriores debates a Libéria teve um papel importante para fortalecer a decisão da COP-8 sobre as árvores geneticamente modificadas.

Este é um passo importante na campanha mundial para impedir as árvores geneticamente modificadas. As corporações como a Arborgen estão se mobilizando rapidamente para comercializar as árvores geneticamente modificadas em países como o Brasil, o Chile, a Índia e a África do Sul. A decisão do COP-8 dará um poder político para as organizações que se opõem ao desenvolvimento em países integrantes da Convenção. A decisão também ajudará a promover a campanha STOP GE Trees nos Estados Unidos. Mesmo quando os Estados Unidos não sejam país membro da Convenção, a ameaça de eliminar lugares potenciais para plantações futuras (e benefícios futuros) desanimará o setor industrial, ajudando a deter as custosas pesquisas em andamento sobre árvores geneticamente modificadas. Por exemplo, a Arborgen considera o Brasil seu local mais importante. Se os movimentos no Brasil conseguem parar a expansão de plantações de árvores, que incluem no futuro plantações de árvores geneticamente modificadas, a Arborgen talvez ache difícil continuar obtendo financiamento para pesquisas em andamento sobre um produto com pouco futuro.

A geneticista dr. Ricarda Steinbrecher da Federação de Cientistas Alemães expressa sucintamente o assunto: “a decisão da CBD de recomendar de agir com cautela ao abordar a questão das árvores geneticamente modificadas representa um primeiro passo no reconhecimento dos perigos das árvores geneticamente modificadas. Ajudará as ONGs e cientistas também ao alertar a todos os países sobre a insuficiência de dados científicos sobre as conseqüências das árvores geneticamente modificadas, o que constitui uma ameaça às florestas e às comunidades indígenas e locais em nível mundial – e portanto é crucial parar toda todo tipo de liberalização até que pelo menos esses dados e avaliações estejam disponíveis.”

Por Anne Petermann, STOP GE Trees Campaign, Global Justice Ecology Project,
endereço eletrônico: globalecology@gmavt.net